

SESSÕES DO PLENÁRIO

27ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 14 de abril de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

1º SECRETÁRIO: DEP. GILDÁSIO PENEDO *AD HOC*

2º SECRETÁRIO: DEP. ADOLFO MENEZES *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (55)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta esta sessão com a presença de 55 Srs. Deputados.

Há um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados, o qual passo a ler.

(Lê) *“Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II do art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 17.813/2009 e o Projeto de Lei nº 17.778/2009, de autoria do Poder Executivo.”*

Defiro o requerimento.

(O Sr. Presidente lê o expediente do dia 14 de abril de 2009.)

OFÍCIOS

Do Dep. Misael Neto, comunicando sua ausência na sessão do dia 23/03/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Ferreira Ottomar, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 18 e 23/03/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Waldenor Pereira, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 17 e 26/02, 05, 18, 19 e 30/03, 01, 06 e 08/04/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente. Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, pediria, inicialmente, para inserir nos Anais desta Casa o artigo do comandante-em-chefe Fidel Castro, com o título *“Fidel defende fim do bloqueio e diz que Cuba não pede esmola.”* Este artigo do camarada Fidel Castro, que continua ainda dando uma grande contribuição à democracia, começa desta forma:

(Lê) *“Algumas horas depois de a Casa Branca anunciar que o governo dos Estados Unidos colocará fim às restrições a viagens e ao envio de remessas para Cuba, o ex-presidente da ilha, Fidel Castro, fez o primeiro pronunciamento sobre a iniciativa. Em artigo, ele questiona o fato de os norte-americanos não terem falado em suspender o bloqueio. ‘Cuba resistiu e continuará a resistir. Não estenderá jamais as suas mãos a pedir esmola,’...”*

A análise do ex-presidente Fidel Castro é que as medidas tomadas pelos Estados Unidos são bastante tímidas, mas não deixam de ser uma iniciativa no sentido de acabar com o bloqueio criminoso que os Estados Unidos vêm impondo a Cuba, e tem irradiado exemplo de solidariedade, transformado-se numa referência mundial. São dados exemplos de como resistir e implementar uma política de justiça social, atendendo às necessidades básicas de sua população. No que pese todo o bloqueio, toda a perseguição da maior potência econômica e militar do mundo a Cuba, a pequena ilha resiste, continua sobrevivendo e dando dignidade à sua população. O comandante Fidel Castro continua também dando suas contribuições ao País e à democracia.

Sr. Presidente, hoje tivemos, pela manhã, uma audiência pública para avaliação do cumprimento das metas fiscais, terceiro quadrimestre de 2008, com a presença do secretário da Fazenda, que fez uma avaliação, uma exposição das metas. Sem dúvida alguma o que pudemos constatar é que, em 2008, o governo do Estado da Bahia

conseguiu cumprir as metas, conseguiu grandes vitórias para a nossa população. Para se ter ideia, só de investimento em 2008, houve um bilhão, 217 milhões e 185, com um acréscimo de 47, 5% em relação a 2007.

Na Saúde, também é importante registrar os grandes avanços não apenas do ponto de vista nominal, mas também percentual. O total de despesas próprias com a Saúde foi de 1 bilhão, 572 milhões e 385 reais, significando um aumento considerável, o maior da história. Portanto, o governo vem cumprindo as metas, desenvolvendo uma política de investimento, de atendimento às necessidades básicas da nossa população.

E é importante ressaltar, no que diz respeito à própria dívida, os avanços que aconteceram no ano de 2008.

Quero dizer que um governo democrático e transparente é isso: consegue investir, consegue desenvolver o nosso Estado, aplicando uma política de justiça social, investindo para reduzir as desigualdades sociais, para que a nossa Bahia possa se transformar num Estado cada vez mais forte, com a população vivendo dignamente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Isaac Cunha, por até 5 minutos.

O Sr. ISAAC CUNHA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, jovens taquígrafas que nos acompanham todos os dias, de forma incansável.

(Lê) “ ‘*Alguns homens vêem as coisas como são, e dizem: Por quê? Eu sonho com as coisas que nunca foram e digo: Por que não?*’ George Bernard Shaw

‘Há que tornar a ungir os cavalos guerreiros e levar a luta até ao fim; porque quem nunca descansa, quem com o coração e o sangue pensa em conseguir o impossível, esse triunfa.’ I Ching.

Em um momento de crise, como o que vivemos atualmente, a ousadia e a criatividade dos gestores públicos é de fundamental importância para que se possa encontrar mecanismos para superá-la. Para tanto, reconhecer a gravidade da crise é o primeiro passo para que se possa combatê-la e vencê-la.

Os esforços empreendidos pelo secretário do Planejamento, Walter Pinheiro, pelo secretário de Relações Institucionais, Ruy Costa, e pelo assessor-geral de Comunicação, Robinson Almeida, no dia 7 de abril, resultaram em um grande avanço para a economia baiana em 2009. Em Brasília, juntamente com o governador Jaques Wagner, estes homens públicos conseguiram um feito memorável: ampliar em 280% (duzentos e oitenta por cento) os recursos disponíveis à Bahia pelo programa Pronaf. Nesta mesma caravana, assegurou-se também as verbas para a duplicação da Ilhéus-Itabuna.

Os números impressionam. Em 2008, o programa destinou à Bahia impressionantes 178 milhões. Mas a atuação desta plêiade de gestores públicos fez com que à Bahia, em 2009, fosse assegurado meio bilhão de reais, destinado aos agricultores familiares de nosso Estado. Na prática, o que estes homens asseguraram

foi o emprego e a renda de milhares de baianos.

Causa-nos imensa satisfação saber que os destinos de nosso povo estão na mão de homens como estes, que, no momento em que o capitalismo vive uma crise de enormes proporções, puseram-se a percorrer os ministérios em Brasília para buscar investimentos capazes de minimizar os efeitos desta grave crise em nosso Estado. Mostraram assim, aos que torcem para o agravamento da crise, que as lamentações não produzem resultados. Estes somente aparecem com criatividade, vontade política, e a ousadia, referida pelo dramaturgo irlandês Bernard Shaw, de perguntar: por que não?

Por isso estes homens puseram-se a ‘ungir os cavalos guerreiros e levar a luta até ao fim’, e, por isso mesmo, triunfaram em seus intuitos. E a doce verdade é que a Bahia triunfou com eles. E o sustento de milhares foi assegurado.

Foram três os secretários que se puseram nessa empreitada, acompanhando o governador Jaques Wagner. Mas escolheremos um para, em sua figura, homenagear a todos eles.

A vitória baiana da ampliação em 280 % (duzentos e oitenta por cento) dos recursos do Pronaf destinados ao estado em 2009, em muito se deve ao brilhante trabalho desenvolvido pelo ex-deputado e atual Secretário do Planejamento, Walter Pinheiro. Este, que por muitos anos foi considerado ‘deputado nota 10’ pelo DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, ingressou recentemente nos quadros do governo do estado para, a frente da SEPLAN, gerenciar os projetos e programas do governo e atrair recursos para o estado. Em bem pouco tempo, Walter Pinheiro já mostrou de que tipo de substância é feito. E Pinheiro, como é popularmente chamado, está dando uma contribuição valorosa aos baianos e mostrando que a Bahia tem um gigante a defender nossos interesses. Assessorado por uma plêiade de profissionais da mais alta competência e de invulgar inteligência, como o seu Chefe de Gabinete, Edson Valadares, o nosso Secretário do Planejamento está revolucionando o papel da SEPLAN em nosso Estado e contribuindo para que a Bahia supere as imensas desigualdades sociais que nos foram legadas e transmitidas por governos anteriores.

Walter Pinheiro é motivo de orgulho para todos pois ele dignifica o nosso povo.

Por sua vez, o governador Jacques Wagner está de parabéns por colocar homens do porte de Robinson Almeida, Walter Pinheiro e Ruy Costa em sua equipe.

Por todo o exposto é que prestamos uma homenagem a estes homens e às suas referentes Secretarias, em sinal de agradecimento desta Casa Legislativa aos esforços empreendidos por eles para superar a crise econômica capitalista que tanto penaliza os trabalhadores de todo o mundo e que somente será superada definitivamente quando outro modelo de sociedade emergir dos escombros desta.”

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado.

Sr. Presidente, para concluir quero dizer que hoje temos um homem na SEPLAN que já investido do papel de secretário está mudando a cara da Bahia, a cara da sociedade baiana trazendo investimentos para o povo baiano para que essa crise, porque não torcemos pela crise, torcemos para que esta crise seja debelada, com luta

e com esforço. Convoco todos os deputados da Oposição para que enfileire com essa bandeira para mudar o quadro social e crítico desta Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra por cinco minutos o deputado Gilberto Brito.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Estimado presidente Adolfo Menezes, estimada Virgínia Hagge, Srs. Deputados, recentemente numa viagem feita ao interior utilizando o transporte coletivo, o ônibus, tive a oportunidade de ver de perto o desconforto de uma pessoa obesa que se espremia no limite da poltrona de um ônibus, vi o quanto difícil, guerrilheiro Álvaro Gomes, é alguém portador de obesidade ter que se adaptar fisicamente dentro de um limitado espaço físico da poltrona de um ônibus, que é feita para as pessoas de porte normal, que é a grande maioria da sociedade.

Tocado por essa ocorrência procurei ver um caminho, deputado Isaac Cunha e fiz algumas consultas às pessoas tecnicamente qualificadas quanto a legitimidade de um Estado, Unidade Federativa, adotar providências legais para sanar esse desconforto.

E, dentre as pessoas consultadas, lancei mão de um técnico altamente qualificado da Casa, o Dr. Geraldo Mascarenhas, que, também, ratificou colocações de outros técnicos da ciência jurídica quanto à legitimidade dessa nossa, na época, tentativa de iniciativas.

Então, em decorrência da orientação, elaboramos um projeto de lei que protocolamos na Casa, ontem, para que as empresas concessionárias de transportes coletivos no Estado da Bahia, nas viagens intermunicipais, meu estimado deputado Gildásio Penedo, transformem as poltronas 1 e 2 em um único espaço para que possibilite uma condição de conforto para que os obesos possam utilizar aquele meio de transporte, conquanto que apresentem um atestado médico da sua condição física de obeso e que essa sua postulação seja feita com um mínimo de antecedência de 48 horas.

Creio que a Casa, num futuro não muito distante, poderá apreciar essa nossa proposição, que tem alcance social de relevo, não somente por estar cumprindo um dever constitucional, mas também por estar cuidando desse grande interesse social de proteger e cuidar de alguém que seja acometido de um desconforto e que precise realmente de um amparo legal.

Existem inúmeras outras ações legislativas com relação ao amparo feito àqueles acometidos de necessidades especiais e, dentre elas, me encontro colocando essa dos obesos para que possam ser transportados.

Então, quero levar essa notícia ao Plenário e desde já conclamar os pares para que, após tramitação que sei lenta pela Comissão de Constituição e Justiça e pelas comissões técnicas, esse projeto possa vir a Plenário e haveremos de estar diminuindo a angústia, o sofrimento e, por que não dizer, até a humilhação de algumas pessoas

que enfrentam essa dificuldade.

Esse é o registro que gostaria de fazer na tarde de hoje e não poderia, também, me eximir de dizer do prazer que foi a Casa receber na manhã de hoje o secretário Martins, da Fazenda, que não somente veio fazer a explanação dentro das limitações e dos deveres constitucionais, mas explicitar também outros temas que extrapolam aqueles próprios do quadrimestre.

Quero cumprimentar o secretário e todos que participarem do evento, na ocasião, o que vem robustecer o Poder Legislativo como um Poder legiferante e como um Poder também fiscalizador do Poder Executivo.

Era o que tinha a colocar.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes, legítimo representante de Campo Formoso e região.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, deputado Álvaro Gomes, com todo respeito, o ouvi há pouco falando sobre Cuba e não acredito que V.Ex^a esteja falando com consciência, dizendo que o povo de Cuba está vivendo uma fase áurea, uma fase boa. Seguramente, Cuba, hoje, deputado, V.Ex^a esteve lá há pouco tempo, Cuba, hoje, talvez, seja a ilha mais atrasada do mundo. O povo não tem o que comer. Os cubanos que vieram ao Brasil há pouco tempo a Recife disseram que nem ovo o povo tem para fazer refeição, deputada Marizete, e o deputado Álvaro até que estava aqui na frente convidando os deputados, na oportunidade, para conhecerem aquela Ilha no ano passado, e eu disse que não poderia ir, porque eu como tudo, tomo café, ovo com cuscuz e, se não tem ovo, o que iria fazer naquela terra?

Eu tive oportunidade até nesta semana de falar com vários cubanos, e o deputado Álvaro sabe perfeitamente que, justamente por esse fechamento, nesses últimos 50 anos, o povo está passando necessidades extremas. Não é à toa que esses jovens, deputado Gaban, tentam atravessar, numa câmara de ar, um mar infestado de tubarões para chegar aos Estados Unidos. E isso ocorre devido à condição “tão boa” que o deputado Álvaro – com o todo respeito que tenho por ele – diz que existe lá.

Mas, Srs. Deputados, neste tempo que me resta no Pequeno Expediente, quero dizer que fico contente pelo fato de o presidente Lula, em mais um gesto de sabedoria política devido às eleições que se aproximam, tentar acudir os municípios que hoje passam por grandes dificuldades. Só espero, com todo o respeito aos prefeitos dos 417 municípios da Bahia, que muitos não peguem, deputado Ottomar, os recursos – que estão faltando para várias áreas, como saúde pública, educação, etc. – que vêm e comecem a fazer aquelas famosas festas de São João e São Pedro. Todos nós sabemos para que são feitas essas festas, pelo menos na maioria dos municípios.

Então, esperamos que os prefeitos, que hoje estão chorando devido à situação das finanças municipais, não contratem, como tem acontecido, deputado Gaban, bandas absurdamente caras. Se agirem assim, não merecerão ajuda nenhuma dos governos federal e estadual.

Vi pela imprensa o presidente da UPB, meu amigo Roberto, despachar com o governador. Só achei um contrassenso porque ele, ao pedir socorro para os municípios, falou sobre festa de São João. Acredito que esta não seja época de se fazer festa, pois estão faltando recursos para as necessidades mais elementares.

Esperamos que os prefeitos, aqueles que ainda estão pensando em gastar 300, 500 mil, 1 milhão com essas bandas que tiram o coro, duplamente, dos cofres municipais nesse período de festas juninas, não façam isso, porque seria um contrassenso. Esperamos que eles apertem os cintos e consigam honrar, pelo menos, as necessidades mais urgentes, mais elementares da população. Se isso não acontecer, realmente, os governos federal e estadual não poderão fazer nada por esses municípios. É claro que a maioria dos 417 municípios da Bahia é dirigida por pessoas que têm responsabilidade, mas há sempre, como em todas as atividades, bons e maus gestores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, deputado Adolfo, eu realmente concordo com V.Ex^a, o deputado Álvaro Gomes está num dia infeliz. Ele foi na mesma linha de raciocínio que o Sr. Secretário expôs hoje nesta Casa, quando disse que na saúde havia um crescimento histórico, um volume de dinheiro nunca visto. Eu até fiquei animado, mas na hora que vi o gráfico... Realmente, o deputado Álvaro Gomes tem razão, é grande o crescimento no gráfico, só que não está em escala.

Ora, é obrigação do Estado aplicar 12% em saúde, deputado Álvaro Gomes. Se formos ver o relatório do secretário de 2006 para 2008, constataremos que houve um crescimento de apenas 0,67%. Que crescimento estrondoso! Não se pode maquiar números, deputado Álvaro Gomes.

Deputado Adolfo, antes de entrar no meu assunto, quero dizer que me parece, infelizmente, espero que não seja verdade, que apenas 16 dos 417 municípios da Bahia serão contemplados por essa ajuda que o governo federal estaria dando. Se isso for verdade, efetivamente, seria extremamente lamentável e nós deveríamos, nesse caso, nos solidarizar, independente de posições político-partidárias, com a UPB para fazer uma movimentação.

Mas hoje, na vinda do secretário, absurdos foram apresentados aqui nesta Casa. Valeu a vinda dele, porque ele confessou que deu a ordem irregular para que o Sr. Abelardo fiscalizasse a *TV Bahia*. Por que irregular? Primeiro, dá uma ordem para que tenha resultado, primeira irregularidade; segunda, as atribuições do órgão comandado pelo Sr. Abelardo, que é o ICEP, tem única e exclusivamente atribuições para fiscalizar a área de telecomunicações e a área de energia. As empresas do *Grupo Bahia*, só a *TV Bahia* poderia ser fiscalizada. E não teria resultado, porque só cabe o ICMS sobre os produtos que são importados, que são também fiscalizados, em

conjunto, pela Receita Federal. A meu ver era desconhecimento do Abelardo, mas hoje o secretário admitiu que a ordem foi dada por ele.

E mais ainda, se isso já não bastasse, na vinda do secretário, que ele, aliás, não respondeu - respondeu apenas três perguntas minhas - tirou o meu direito de que, como membro da Comissão de Fiscalização e Controle desta Assembleia, eu pudesse fazer os questionamentos que eu achasse convenientes e necessários, e ele não se prestou a respondê-los. Enervou-se, ficou apavorado quando, no primeiro questionamento que eu fiz, admitiu que os 912 milhões de reais que ele dizia que tinha em caixa, esse dinheiro não era do Estado. Se isso fosse verdade, ele não teria como ter dificuldades para pagar os empreiteiros e o resto a pagar, relacionados pelo governo, e estava tendo dificuldades. Então, ele tinha mapeado o orçamento ou colocado recursos que não são do Estado, como dinheiro em caixa, que seriam os 912 milhões 550 mil reais. E ele confirmou o absurdo de que nesse valor estão incluídos os recursos do Funprev, da gestão plena do SUS, do Planserv etc. E admitiu que isso era feito em outros Estados. Nenhum Estado da Federação comete um absurdo desse. Isso é uma forma de você enganar, ludibriar.

E mais, deputado Adolfo, ele é o secretário da Fazenda do Estado da Bahia! Admitiu que foi cancelado empenho já pago. Quando se faz um empenho, recebe a mercadoria, dá o atestado de recebimento, depois recebe a nota fiscal e paga. Ele cancelou o empenho já pago, sabe para quê? Para tentar cumprir a meta fiscal; ele cancelou, sem ter o menor cuidado, deputado Heraldo Rocha, 220 milhões de reais apenas para cumprir a meta fiscal. E vai deixar todos os secretários envolvidos nesse problema junto ao Tribunal de Contas.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. GABAN:- Eu quero ver, e hoje estou noticiando ao Tribunal de Contas do Estado as afirmativas, vou solicitar que me dê uma cópia da gravação que o secretário fez, essas afirmativas absurdas que comprometem todas as contas do governo do Estado, todas as suas secretarias, e já pedi também a relação dos empenhos liquidados e cancelados, constando o número e o valor por secretaria ou por órgão público.

E essas informações, meu caro Líder Heraldo Rocha, acredito que nós deveremos fazer uma representação ao Ministério Público do Estado da Bahia para que uma gravação feita mostre a arbitrariedade confessada pelo secretário da Fazenda do Estado da Bahia, que admitiu, numa audiência pública, que cancelou empenhos já pagos apenas para atingir a meta fiscal acordada e estabelecida. Essa foi uma das declarações mais graves que eu ouvi de um ente público na administração do nosso país.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, nobre deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Vou voltar a esse assunto e vou detalhar, para conhecimento desta Casa, já que, surpreendentemente, a TV Assembleia, meu caro Presidente, hoje não estava lá para filmar gravar e mostrar para a Bahia, numa época de crise quando todos estão preocupados com a geração de empregos e renda, com a queda do ICMS

e com a vinda do Secretário da Fazenda, a TV Assembleia não foi filmar, é lamentável, preferiu uma audiência pública que estava sendo realizada aqui na Casa do projeto de um ex-parlamentar e que vai ainda passar por outras comissões.

Então, é um absurdo que a Casa não pode cometer. Quando tiver um assunto de interesse da sociedade baiana tem que mostrar para a Bahia o que está acontecendo de importante neste Parlamento.

Finalizando, Sr. Presidente, a Bahia perdeu a oportunidade de conhecer o absurdo afirmado pelo Secretário da Fazenda que cancelou o empenho e manipulou o orçamento do Estado em 2008, apenas para atender o que estabelece a meta fiscal.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra a nobre deputada Eliana Boaventura, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a ELIANA BOAVENTURA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} deputadas, venho a esta tribuna, em primeiro lugar, para agradecer a presença, hoje, do governador Jaques Wagner em Feira de Santana, para onde leva obras importantes não apenas no valor financeiro, mas principalmente no valor simbólico do que representa crianças com alto risco, pessoas que precisam de assistência para serem recuperadas, e hoje, Feira de Santana, depois de 10 anos sem nenhuma casa sócioeducativa, teve o privilégio de ganhar uma obra de 10 milhões e 700 mil, para a construção de uma casa que vai atender 90 crianças não apenas de Feira, mas de toda uma região, recursos oriundos do governo do Estado e do Ministério da Justiça.

Com certeza absoluta, esta casa vem em tempo para as crianças e adolescentes que estão em alto risco. O deputado Heraldo Rocha sabe, ele já foi secretário e sabe a importância da criação dessas casas sócioeducativas, para que se faça justiça e se integre essas crianças que não têm culpa, mas são resultado de uma sociedade que não é humanitária, de uma sociedade excludente, que coloca crianças, às vezes, com 5 anos de idade no mercado de trabalho, que as deixa nas ruas para que peçam esmolas, crianças sem condição de ter uma formação.

Quero parabenizar o governador por essa iniciativa. Também queremos agradecer, em nome de Feira de Santana, porque houve o convênio da Embasa com a prefeitura no valor de 3 milhões e 585 mil, para atingir, para beneficiar 12 mil e 970 habitantes com o esgotamento sanitário, que é outra obra que às vezes os governos não dão maior relevância, porque sempre fica sob o solo e não aparece como obra de fachada.

Mas é uma das obras mais importantes, é o cuidado que se tem para com a população; cuidado com a saúde daqueles que não têm condições de construir uma fossa no fundo de sua residência; essa é a nossa realidade, principalmente nas regiões mais periféricas das cidades mais avançadas. Sabemos que as pessoas convivem diariamente com a falta de esgotamento sanitário, de saneamento básico e isso acarreta um gasto enorme na saúde, inclusive pela morte de pessoas por falta de saneamento básico.

Então, quero parabenizar governador por mais essa iniciativa em Feira de

Santana, além da assinatura de protocolo de intenções com 24 empresas, levando o desenvolvimento e falando aquilo que precisamos falar no dia a dia para as pessoas: que a crise econômica se combate é com trabalho, é com esperança, com a vontade dos governantes de levarem as obras que as nossas cidades merecem, que os nossos municípios estão aí a precisar. E é com o trabalho que a gente vai, realmente, combater essa crise econômica.

Vimos, hoje, um grande exemplo em Feira de Santana quando 24 empresas, e mais 20 estão no aguardo de uma carta de intenção, vão se instalar em Feira de Santana levando mais emprego, levando desenvolvimento para o nosso município.

Mais uma vez quero parabenizar o governador e dizer que é essa a Bahia que queremos para o nosso povo, é a Bahia que não vai se acovardar diante de uma crise, mas vai fazer com que essa crise possa ser combatida, principalmente com a coragem de se levar novas obras, a coragem de se trabalhar, a coragem, Júnior Magalhães, de arregaçar as mangas e fazer com que o nosso futuro não seja de desesperança, mas que seja um futuro de esperança e de trabalho.

Quero também agradecer ao governador Jaques Wagner que levou também mais 5 viaturas para a Polícia Civil. Na semana passada, chegaram algumas viaturas para a Polícia Militar. E precisamos, realmente, desses instrumentos de trabalho para que a Polícia Civil e a Polícia Militar possam ter um aparato maior para o trabalho efetivo de combate à violência. E sabemos que essa violência não é apenas a violência do combate à própria violência, mas o combate a pobreza, a miséria, que o governo Jaques Wagner vem fazendo na Bahia como um todo e, hoje, em especial, em Feira de Santana.

Além disso, quero parabenizar a atitude do prefeito Tarcízio Pimenta que ontem se encontrou com o governador Jaques Wagner para tratar de assuntos importantes que nós já...

O Sr. PRESIDENTE(Rogério Andrade):- Para concluir, nobre deputada.

A Sr^a ELIANA BOAVENTURA:- Concluindo, Sr. Presidente. (...) que nós já havíamos conversado com o governador para a conclusão do centro de convenções de Feira de Santana e tantos outros assuntos em pauta, porque fazer política é fazer política com ideologia, com a vontade de servir o povo e não apenas na vontade de servir a partidos.

Parabéns, governador! É assim que nós queremos que a Bahia caminhe, trilhando no caminho do desenvolvimento, principalmente da justiça social.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE(Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Ferreira Ottomar pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. FERREIRA OTTOMAR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, venho a esta tribuna, Sr. Presidente Rogério Andrade, para fazer o relato sobre a cidade na qual moro que é Camaçari. Esse relato será muito importante, talvez até para abrir os olhos do nosso prefeito Caetano, do secretário de Obras de Camaçari, do presidente

da Embasa.

Camaçari tem 250 anos, dois séculos e meio. Lá, temos o maior polo petroquímico da América Latina, a maior indústria automobilística do mundo, e é a primeira vez que tem iniciada uma obra de infraestrutura, de esgotamento sanitário.

São 68 milhões em contratos. Nós camaçarienses nos sentimos orgulhosos desse projeto ter saído. É um projeto antigo, mas foi viabilizado no governo Jaques Wagner. Nós camaçarienses nos sentimos muito orgulhosos de termos uma obra que vai beneficiar 220 mil habitantes. Mas está sendo feito uma baboseira, uma obra com investimento dessa envergadura, estão fazendo uma verdadeira porcaria. O prefeito Caetano está gastando uma fortuna na mídia. Parece até que a obra está sendo feito com o dinheiro do prefeito. Ele acha que o povo é bobo, esquece-se de que todo mundo sabe ler, que todo o mundo é inteligente. Ele subestima a capacidade das pessoas. Ele põe na mídia do Brasil tudo sobre o esgotamento sanitário, quando deveria se preocupar em contratar técnicos para fiscalizar a obras, e tenho conhecimento até de que estão sendo mudados os projetos de cotas, e isso não vai dar coisa que preste. A empreiteira termina a obra, põe o dinheiro no bolso, porque o que interessa a ela é o lucro que projetou, e o “pepino” fica nas mãos de 220 mil habitantes.

Quero chamar atenção do próprio governador Jaques Wagner, que é um homem que entende o que é obra; diretor da Embasa, do secretário, para olhar mais aquela obra, porque, se não – são 360 quilômetros de escavação, o que dá para ir duas vezes e meia a Feira de Santana –, o “pepino” vai ficar para a população resolver depois. E obra errada é uma coisa difícil de resolver, se não for executada como manda o projeto.

Quero chamar atenção do próprio prefeito Caetano, que, em vez de gastar fortunas com *outdoors* e com a mídia, deveria contratar técnicos para fiscalizar a obra, o que é muito importante para todos os camaçarienses, e olhar com carinho e atenção, conforme mandam os projetos, a execução da obra, pois é a primeira vez que uma cidade da envergadura de Camaçari está tendo uma rede de esgotamento sanitário, que representa saúde, economia e é um dos investimentos mais importantes, porque o povo que mora em uma cidade sem esgotamento sanitário é um povo sem dignidade, sem qualificação.

Por incrível que pareça, deputado, 70% da população pobre de Camaçari não possui rede de esgoto em casa. O esgotamento sanitário está sendo feito na rua, e tem que haver um empenho muito grande do próprio governador, do próprio prefeito para construir sanitários nas casas porque, repito, 70% da população pobre não têm sanitário e ainda usa aquele saquinho para atender as suas necessidades fisiológicas. É uma imagem terrível, e só quem mora em Camaçari e presencia o dia-a-dia dela pode ver o tamanho da pobreza que existente lá.

Deputado Bira Corôa, um deputado ativo e atuante, gostaria que V.Ex^a, se estiver ouvindo o meu discurso, viesse a esta tribuna para reforçar o que estou dizendo. Se venho à tribuna é para falar a verdade, não para criticar ou inventar moda. Gostaria, pois, que o deputado Bira Corôa, um deputado eleito também por

Camaçari, onde foi bem votado, também viesse à tribuna para defender não só os meus ideais, mas também os do povo daquela cidade.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Gildásio Penedo pelo tempo de até dois minutos.

Como não há orador no Grande Expediente, Horário das Representações Partidárias. Com a palavra ao Líder do Governo e da Maioria ou o representante do PCdoB para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará por todo tempo, o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Sr. Presidente, falará, por todo o tempo, o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais presentes, hoje, pela manhã, na audiência pública de avaliação do cumprimento das metas fiscais do governo, observamos, mais uma vez, um exemplo de democracia, transparência e eficiência do nosso Estado.

Observamos também que tais metas foram cumpridas rigorosamente em que pese à crise mundial que atinge a todos os países, estados e municípios, o Estado da Bahia foi eficiente no ano de 2008. Claro que o desenrolar da crise ainda está acontecendo e não sabemos o desdobramento, mas até o momento o Estado vem enfrentando de uma forma muito eficiente.

Observamos as despesas com saúde, considerada a maior despesa de toda a história: R\$ 1 bilhão, 572 milhões e 385. Isso significa 12,84% da receita líquida de impostos. Observamos também a situação da dívida: em 2006, a dívida consolidada líquida, com relação à receita corrente líquida, significava 1,02%, hoje a proporção de 2008 é de 0,72%. Houve uma redução da dívida e o governo vem agindo de forma competente, eficiente, democrática e transparente.

No que diz respeito a investimento, o governo, em 2008, fez um dos maiores investimentos da história também: R\$ 1 bilhão, 217 milhões e 185, um crescimento de 45,51% com relação a 2007. Constatamos aqui a eficiência do governo e uma audiência pública muito importante e democrática.

Tenho sempre insistido em outro assunto que também foi tema do debate nessa audiência pública, que foi a cópia da metade de um *e-mail* em que no seu conteúdo fala sobre a fiscalização de uma empresa. Quem não deve, não teme. As empresas têm que ser fiscalizadas de forma natural, normal. O secretário foi muito feliz, garantiu taxativamente que não há nenhuma perseguição a qualquer que seja a empresa e solicitou quem soubesse que apresentasse o documento. Agora, exceto a cópia da metade de um *e-mail*.

Eu recebi alguns *e-mails*, comunicados de 2004, um deles data de 25/03/2004, às 10h04min, o outro *e-mail* data de 29/04/2004, às 17h45min; o outro, 03/05/2004, às 16h29min; e o outro data de 26/05/2004, às 17h02min. Recebi esses *e-mails* de

forma anônima, não sei quem mandou, recebi a cópia desses *e-mails*. Por uma questão de responsabilidade, de sigilo fiscal, não divulguei, porque é uma cópia.

Agora, a cópia que recebi é diferente da cópia apresentada, porque a que recebi é do *e-mail* completo, com todas as informações, diferente da cópia que é a da metade de um *e-mail*. E aí querer instalar uma CPI com base num documento que a cópia da metade de um *e-mail*, aí a Bahia vai servir de chacota e vai ser chamada a CPI de xerox. Não podemos fazer isso, acho que isso é desmoralização demais. CPI da xerox, aí não dá! Por isso que a nossa Bancada não irá assinar.

Agora, isso aqui que me referi, coloquei as datas, não vou dizer nome de nenhum auditor, não vou dizer o nome da empresa, só vou dizer o conteúdo.

Vejamos aqui: “SAF neles...!!!!”

Alguém sabe o que é SAF? Severa Ação Fiscal.

Sabem o que diz?

“Combine com... para o... entrar no circuito... Se possível, carro na porta, carro na porta, carro na porta.”

Não vou dizer o nome de ninguém.

Há outra aqui:

“Prezada..., alguma notícia sobre essa empresa? O contribuinte não fez contato conosco até a data, inclusive solicitamos o cancelamento do seu benefício fiscal. Imaginava que o proprietário ficaria desesperado, no entanto...”

Eu não vou dizer, aqui, os nomes. Agora, é uma xerox completa, não é da metade de um *e-mail*, não. Aqui, é a xerox do *e-mail* completo. Agora, como recebi...

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- V.Ex^a está inscrito.

(...) uma xerox anônima – não sei de sua veracidade e nem quem a enviou para mim. São várias xerox, e não sei quem as enviou –, por uma questão de responsabilidade, por uma questão de seriedade, por uma questão de sigilo fiscal, não vou divulgar aqui os nomes.

Exigir CPI para isto! Eu não exijo CPI nem com a xerox do *e-mail* completo, imagine com a xerox da metade de um *e-mail*.

Porque o conteúdo, aqui, é muito sério, o conteúdo desse *e-mail* é muito grave, é muito grave, é gravíssimo o conteúdo desse *e-mail*.

Aliás, estou lendo aqui só uma parte, porque há outras partes aqui que não vou ler no momento. É muito grave o conteúdo desse *e-mail*, não da xerox da metade do outro *e-mail*. E o conteúdo diz o seguinte: “Fiscalize a empresa.” Qual é o problema em se fiscalizar? Qual o papel da Secretaria da Fazenda?

Eu quero deixar claro o seguinte: o secretário da Fazenda não assumiu *e-mail* algum. Peguem-se as notas taquigráficas. O secretário assumiu, taxativamente, que o responsável pela Secretaria da Fazenda é ele e que não existe, definitivamente, qualquer disposição da Secretaria da Fazenda em perseguir quem quer que seja. Existe, sim, a disposição da Secretaria da Fazenda de fiscalizar indiscriminadamente, diferentemente dessa fiscalização aqui, dessa xerox do *e-mail* completo. Aqui, é muito grave, muito grave. É de 2004! Muito grave.

Agora, acho que não podemos nos basear em xerox, principalmente quando é da metade de um *e-mail*. Eu acho que temos que andar para a frente, temos que combater rigorosamente a corrupção, a sonegação por parte de quem quer...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- (...) que seja. Ninguém deve estar imune, ninguém deve ser o todo poderoso, nem privilegiado. Todo mundo deve ser fiscalizado indistintamente. Isso significa seriedade, transparência, democracia.

Portanto, acho que esse assunto está encerrado, que não há mais sentido estarmos aqui a debater essa questão. Acho que temos que andar para a frente. Apesar dos grandes erros do passado, vamos avançar, vamos progredir. Por que foi em função dos erros do passado que nós fomos eleitos para dirigir...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Concluindo, Sr. Presidente.

Em razão dos erros do passado é que fomos eleitos para dirigir o destino deste Estado. Estamos no final do primeiro mandato, ainda temos muito tempo para administrar este Estado e reduzir as desigualdades sociais da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou representante do PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o nobre deputado Pedro Alcântara.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Enquanto o deputado Pedro Alcântara não chega à tribuna, peço-lhe uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do nobre deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, solicito à Mesa desta Casa providências para que o relatório das contas do governador Jaques Wagner relativas ao exercício de 2007 seja liberado, porque já se passaram 2 anos de governo. Pela primeira vez isso acontece! Nunca na história deste Legislativo esconderam as contas do governo por 2 anos. As outras contas já estão para chegar, inclusive as de 2008, e até hoje esta Casa não teve o direito de examinar as contas do exercício de 2007.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do nobre deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Até considero procedente a cobrança do deputado João Carlos Bacelar quanto à apreciação e votação das contas do governo, mas não pelo desconhecimento por parte do Parlamentar. Peço-lhe desculpas, talvez o termo adequado nem seja esse. As contas do governo do Estado da Bahia foram amplamente avaliadas, apreciadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

O Tribunal de Contas, deputado João Carlos Bacelar, determina um prazo legal para que os parlamentares possam ter acesso às contas, prazo esse que foi dispensado

por esta Casa Legislativa. V.Ex^a deve estar se referindo ao parecer do deputado Álvaro Gomes, que foi indicado para ocupar a posição de relator na Comissão de Finanças e Orçamento, porque a prestação de contas do Estado da Bahia naturalmente já foi apreciada pelo Tribunal, e o prazo legal foi estabelecido para que qualquer parlamentar pudesse ter acesso a essas contas.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Estou falando do relatório, deputado Waldenor.

O Sr. Waldenor Pereira:- Só agora estou compreendendo que se trata do relatório do parecer do deputado Álvaro Gomes. Ele inclusive já anunciou hoje na Comissão de Finanças e Orçamento que o relatório já está pronto há algum tempo, e a apresentação dele só está dependendo da organização da agenda da Comissão. Essa é a informação que tenho para lhe dar. Muito obrigado Sr. Presidente.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem o deputado Gildásio Penedo.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Peço a tolerância do deputado Pedro Alcântara que muito gentilmente já se encontra na tribuna deste Poder.

O Sr. Pedro Alcântara:- Fique à vontade deputado.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Evidentemente, a questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar é extremamente significativa, deputado Waldenor.

Algumas Câmaras Municipais por força dos seus Regimentos Internos, deputado Heraldo Rocha, seguem o seguinte procedimento: o parecer opinativo do Tribunal de Contas é enviado dentro do prazo legal, caso as Câmaras não se pronunciem naquele período determinado, entende-se como compreendido ou aprovado o relatório preliminar do parecer do Tribunal de Contas. É a chamada aprovação tácita, ou seja, caso a Câmara não se pronuncie, entende-se que aquele parecer, rejeitado ou aprovado, convalida a decisão dos edis.

Em relação às Assembleias Estaduais é diferente. A Assembleia Legislativa precisa emitir o seu posicionamento em relação às contas do governo. O parecer do Tribunal de Contas é meramente opinativo, quem avalia as contas do Executivo, do Judiciário e do Legislativo é o Poder Legislativo baiano. Acredito deputado Waldenor Pereira, com todo o respeito, que já é bem sabido e bem oportuno que a Casa possa se posicionar, até porque o ano de 2007 praticamente se finalizou, nós já estamos no ano de 2009, a Casa está às vésperas de receber o parecer já do ano 2008. Nós percebemos hoje, deputado Waldenor, que pelo presidente da Comissão, deputado Luiz Augusto, estaria apto.

Acho que vale a pena uma conversa entre o deputado relator das contas com o presidente da Comissão de Finanças para que efetivamente possa ser aprovado no âmbito da comissão e depois trazido aqui a Plenário com votação secreta dos deputados que haverão de confirmar ou não o entendimento do Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Percebo que o Líder do Governo concorda, pela forma como ele se manifestou, com a questão de ordem formulada

pelo deputado Gildásio Penedo. Por conta disso, não tenho dúvida que o nobre Líder providenciará fazer com que o relatório das contas do governo referente ao ano de 2007 chegue a este Poder.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem ao deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, permita-me apenas uma retificação. As contas já chegaram a este Poder, como destacado pelo deputado Gildásio Penedo, há mais de um ano. As contas ficaram disponíveis para apreciação dos parlamentares, o Tribunal de Contas já aprovou as contas do Executivo, naturalmente destacando algumas ressalvas que, no parecer do Tribunal, são necessárias de serem corrigidas, dependendo agora da aprovação desta Casa Legislativa. O que está faltando é a apresentação do relatório do relator, deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem ao deputado Álvaro Gomes .

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, eu acho que tem sentido a cobrança do deputado João Carlos Bacelar no sentido da aprovação das contas do governador. Elas chegaram há 6 meses, aproximadamente, estão tramitando e não foram aprovadas. Assim que as recebi fiz o relatório. O relatório está pronto. Mas ocorreram alguns problemas, houve uma decisão judicial onde tivemos que desmontar todas as comissões . Foi um período de paralisia na Assembleia Legislativa e todos puderam observar. Depois veio o período de reinstalação das comissões e isso dificultou um pouco a discussão e o debate na comissão.

Mas eu quero deixar claro, deputado João Carlos Bacelar que o meu relatório está pronto. Se a reunião fosse agora, neste momento, estaria apto a ser discutido e votado. Sugiro, se possível, colocarmos em discussão na próxima terça-feira, não tem problema nenhum. O relatório está pronto desde que o recebi. Fiz o relatório em uma semana.

O Sr. Pedro Alcântara:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Última questão de ordem ao deputado Gaban.

O Sr. Pedro Alcântara:- Eu também solicitei uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, as vezes eu me assusto quando alguns parlamentares se esquecem que hoje nós temos TV Assembleia, e além disso, nós temos taquígrafos competentes, temos o registro do som, que registra tudo que a gente fala. Estou dizendo isso, Sr. Presidente, para lembrar que quando se aprovou o projeto encaminhado pela Secretaria da Fazenda, que cansei de dizer que é inconstitucional, se alegou aqui na Casa que as comissões estavam funcionando plenamente, sobretudo a de Finanças, de Constituição e Justiça e Educação e Cultura.

Agora, os mesmos argumentos que utilizaram para rasgar o Regimento Interno

da Casa, para rasgar a Constituição do Estado, o próprio deputado Álvaro Gomes se esquecendo das colocações feitas há duas semanas, diz que as comissões não estavam funcionando. Que maravilha! Como mudam as coisas, Sr. Presidente! Só espero, aí para fechar mesmo as portas da Assembleia Legislativa da Bahia, que o mesmo tratamento que é dado para as contas dos Excelentíssimos Senhores Prefeitos municipais, que depois de ficarem um tempo parados nas câmaras municipais são consideradas como aprovadas, segundo o Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios, que não se venha também querer fazer um paralelo, rasgando, mais uma vez, o Regimento Interno e a Constituição do nosso Estado.

Só espero, deputado Álvaro Gomes – depois dessa sua colocação lamentável, esquecendo do que falou há duas semanas sobre o funcionamento das comissões e, agora, por um lapso de memória, disse isso –, que V.Ex^a não venha querer fazer uma comparação esdrúxula, que não tem qualquer respaldo legal. Nós não cumprimos com a nossa obrigação.

Com relação à Comissão de Finanças e Orçamento, o presidente Luiz Augusto está aqui, pelo menos passou por aqui. Eu sou membro da Comissão, e não existe volume algum de processo lá, muito pelo contrário. A Comissão não está nem funcionando, então, não há trabalho para analisarmos. Então, esse argumento de que está arrumando pauta para que possamos votar também não é verdadeiro.

E antecipo – depois de ter o parecer do conselheiro Zilton Rocha – que vou pedir vista ao parecer do deputado Álvaro Gomes, que está tão demorado, para matar a minha curiosidade sobre porque ficou tanto tempo lá para ele fazer a análise.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Uma vez esclarecida a questão de ordem inicialmente formulada pelo deputado João Carlos Bacelar, passo a palavra ao nobre deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, solicitei uma questão de ordem, inclusive antes do deputado Gaban e do deputado Gildásio Penedo.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a V.Ex^a a questão de ordem.

O Sr. Pedro Alcântara:- A nossa questão de ordem, Sr. Presidente, é em dois sentidos. Primeiro, não vi motivo algum para se colocar questão de ordem nesse processo, haja vista que já estava anunciado um deputado para o uso do horário de uma representação partidária.

Segundo, acho que há um equivoco na colocação da questão de ordem do deputado Gildásio Penedo em relação às câmaras municipais também. O Tribunal aprecia, a câmara é que aprova ou reprova. É diferente da questão do Tribunal de Contas do Estado.

Era nesse sentido, Sr. Presidente, que queria fazer a reclamação, haja vista que usaram a questão de ordem para fazer pronunciamentos que poderiam ser feitos nos horários Partidários, das Representações Partidárias ou das Lideranças Partidárias, e já havia um orador na tribuna.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre deputado, respondendo à sua questão de ordem, a partir do momento em que V.Ex^a não iniciou o seu pronunciamento...

O Sr. Pedro Alcântara:- Mas já estava anunciado...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Estava anunciado, mas V.Ex^a não havia iniciado. Então, não há problema em o presidente conceder a questão de ordem a qualquer deputado que, porventura, tenha a necessidade de usá-la.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Pedro Alcântara, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Não havia nenhuma desordem no Plenário para se pedir questão de ordenamento dos trabalhos.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna desta Casa, em primeiro lugar, para agradecer ao governador Jaques Wagner pela liberação de quatro viaturas para a Polícia Civil em Juazeiro, haja vista que, como no Brasil inteiro, na Bahia e em Juazeiro, por ser uma cidade fronteira, a questão da segurança ainda é um problema muito sério.

Então, nessa última etapa da liberação de viaturas, quatro atendem a quase 100% da necessidade da Polícia Civil em Juazeiro. Estamos no aguardo da liberação das viaturas para a Polícia Militar, porque ainda há a necessidade premente, urgente da liberação de viaturas para a PM em Juazeiro.

Mas, Sr. Presidente, ontem foi um dia importante na vida de Juazeiro. Juazeiro é uma cidade com quase 250 mil habitantes. Ela e Petrolina juntas têm uma população aproximada de 500 mil habitantes, e uma população flutuante de 1 milhão e meio de pessoas.

Já temos a universidade federal, universidade estadual e universidades particulares. Então, é uma cidade, hoje, das mais importantes do nosso Estado.

Por vários anos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, aqueles que nos honram com suas presenças, só havia uma quadra poliesportiva coberta em Juazeiro, celeiro de craques como Daniel Alves, que serve à seleção brasileira, Luís Pereira e Nunes, atletas, realmente, topo de linha do futebol, não só brasileiro, mas do mundial, que serviram à nossa seleção. E na cultura, temos também Ivete Sangalo e Galvão, dos Novos Baianos.

Ontem, tivemos a honra de receber em nosso município um ministro. Agora, volta a ser, praticamente, uma rotina a presença de ministros em Juazeiro depois da posse do novo prefeito, Isaac Carvalho. E ontem tivemos lá a presença do ministro dos Esportes, que anunciou a primeira praça de esportes e lazer da Bahia. Isso é de uma importância fundamental, Sr. Presidente. Essa praça vai abrigar campo de futebol, teatro de arena, quadras poliesportivas, pista de *skate*. Enfim, é um complexo, meu caro líder, de uma importância fundamental que ontem tivemos a honra de anunciar em bairros populares de Juazeiro, como o Piranga, quem é daquela cidade ou anda por lá conhece bem, e o João XXIII, onde era a estação da Leste antiga.

Com certeza, essa obra é de uma importância fundamental para tirar os nossos jovens das drogas, da bebida e de atividades outras que não condizem com o futuro de uma juventude tão carente de ações como essa. Por isso, agradeço ao ministro. Eu estava lá ao lado do prefeito Isaac Carvalho, do deputado federal Daniel Almeida, que

tem honrado a Bahia e os compromissos com Juazeiro, do presidente da Câmara daquele município, vereador Zó, da vice-prefeita Goreth e de secretários e autoridades do Estado vizinho, Pernambuco.

Repito, agradecemos por essa ação desse simpático e bastante comunicativo ministro baiano, que veio anunciar na Bahia o primeiro centro esportivo de lazer do Norte e Nordeste. Eu, como legítimo representante daquele município, só tenho a agradecer.

Mas, Sr. Presidente, paralelo a isso, quero dizer que hoje nós estivemos na sessão da Comissão de Agricultura, por isso não pudemos acompanhar toda a audiência que fez aqui o secretário da Fazenda. Mas destaco que esta questão tem de ser debatida e vamos até a última instância.

Todo mundo sabe que Juazeiro e Petrolina são as capitais da agricultura irrigada. Só o mercado produtor de Juazeiro, deputado Gaban, comercializa R\$ 800 milhões por mês. É o maior entreposto do Norte e Nordeste do País. Reitero, R\$ 800 milhões em 1 mês, sem falar do que se vende fora do mercado, já que aquele centro comercial está aquém do seu potencial.

Enfim, tudo isso mostra a força da agricultura irrigada. Entretanto há 60 anos nós esperamos o projeto Salitrão, são mais 40 mil hectares irrigáveis que serão colocados à disposição dos pequenos, médios e grandes agricultores. Os primeiros 5 mil hectares estão prontos e o edital da Codevasf já está à disposição de quem queira adquirir.

Esse Projeto Salitrão é uma homenagem ao Salitre, que é um afluente do Rio São Francisco. Foi ali que começou toda a agricultura de Juazeiro. É um rio temporário, hoje quase morto por falta de perenização, que é uma das coisas que eu cobrei aqui como contrapartida dessa transposição, mas até hoje não fui atendido. Dali iniciou-se a agricultura irrigada de Juazeiro. Mas vejam, todo mundo sabe das condições econômicas e de educação, em termos de formação, do nosso povo.

Pois bem, observem o que é um edital dirigido para excluir o pequeno produtor. (Lê) *“3.1 Poderão se inscrever pessoas físicas que sendo maior de idade, preencham as seguintes condições:*

I - exerça ou queira, efetivamente, exercer atividades agrárias;

II - comprometa-se a explorar diretamente o lote juntamente com sua família, admitindo a contratação de mão-de-obra complementar, e de serviços de terceiros;...”

Agora, pasmem senhores!

(...) *III - preencher corretamente a ficha de inscrição e questionário de entrevista;*

3.2. Impedimentos...”

Vejam as exigências: comprovar experiência agrícola; comprovar a condição econômica – que é zero a dos nativos e verdadeiros donos daquela terra que foi tomada de assalto para implantar esse projeto; comprovar escolaridade, grau de instrução e experiência.

Colocaram dois itens aqui que o colono não vai poder atender nunca. Estão

tratando coisas desiguais igualmente.

Não posso admitir isso, e esta Casa tem de se posicionar. A Comissão de Agricultura se comprometeu, hoje, a sensibilizar o presidente da Codevasf para rever esse edital, porque ele é totalmente excludente. Então os verdadeiros donos da terra, como fizeram, no passado, com nossos indígenas, nossos negros, que hoje buscam seus direitos... se realmente não for invertido esse edital para dar condição de, pelo menos, competir, em condição de igualdade, ao pequeno produtor, o salitreiro, o nativo, o verdadeiro dono da terra, iremos à Justiça lutar, embora não seja o que queremos, porque o sonho do salitreiro é ter o seu lote. São 5 mil hectares! Desses 5.000 mil hectares pelo menos 2.000, 1.500 hectares, ou seja, 30% deveriam ser designados aos nativos, mas isso não está ocorrendo.

Hoje, infelizmente, em razão de toda a atenção da Casa estar voltada para a Comissão de Finanças e Orçamento por causa da audiência com o Secretário da Fazenda, mas a Comissão de Agricultura está embasada, e trago esse tema para debate no Plenário, pois não podemos aceitar, em hipótese nenhuma, que a Codevasf faça um edital excludente.

O Sr. Gaban:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Vamos levar isso ao conhecimento do Presidente da República, do Ministro da Integração Nacional, um baiano, pois não podemos concordar com isso.

Não é a primeira vez que ocorre isso, pois, quando foi discutida a transposição das águas do rio São Francisco, ninguém teve oportunidade de falar. E agora, ninguém teve acesso à elaboração desse edital, que foi feito num quartinho da Codevasf e é altamente prejudicial ao nativo e ao pequeno produtor. Enfim, esse é um assunto que hoje toma conta não só da mídia de Juazeiro, deputado Adolfo Menezes, que é juazeirense também, porque é de Campo Formoso, e o rio Salitre é do município de V.Exª...

Então esse edital está sendo excludente, e esta Casa não pode concordar com um edital deste tipo, que exclui o pequeno produtor, principalmente o nativo.

Pedi-me um aparte o deputado Gaban, mas neste momento ele está no telefone, e o nosso tempo também urge.

Mas quero concluir, deputado Heraldo Rocha, deputado Luís de Deus, que é do São Francisco como eu, dizendo que errou a Codevasf no edital que elaborou que não aceitamos isso.

O tempo é curto, mas quero dizer ainda que, quando houve a ocupação das terras, foi assinado pelo Ministério, pela Codevasf, pelo prefeito de Juazeiro um documento, que está aqui, garantindo que aqueles que, na época, ocuparam aquelas terras teriam direito à aquisição dos seus lotes no momento da licitação deles.

Vamos retomar esse assunto nesta Casa, amanhã. O presidente da Comissão de Agricultura, deputado Arthur Maia, que é do partido do ministro, já se comprometeu com essa questão e já deve ter alguma informação do presidente da Codevasf, Dr. Orlando César Costa Castro, no sentido de rever este edital, que, se continuar com está, trará problemas de ordem social e econômica e até uma situação desumana para

aqueles que sempre trabalharam a terra, que não tem doutor melhor do que eles, que ali nasceram, se criaram e tiveram seus pais, seus filhos e avós. Eles estão, de acordo com esse edital de licitação, excluídos do processo de seleção da Codevasf para ocupar os hectares que servirão de força de trabalho e econômica para as futuras gerações, que é o Projeto Salitrão.

Bem-vindo o Projeto Salitrão, bem-vinda a irrigação, todavia esse edital deve ser revisto pela Codevasf antes da compra dele, cujo prazo, se não me engano, é 04 de maio.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou representante do PPN para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Falará, por todo o tempo, o deputado Gaban.

O Sr. GABAN: - Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputado Adolfo, mais uma vez, vou concordar com V.Ex^a quando diz que o deputado Álvaro Gomes está numa tarde totalmente infeliz.

Depois de termos ouvido alguns parlamentares, entre eles o deputado Álvaro Gomes e o deputado Zé Neto, dizerem que o criminoso não é aquele que assassina pessoas, mas aquele que denuncia o assassinato – foi a comparação que fiz com relação ao absurdo cometido pelo Sr. Abelardo, na Secretaria da Fazenda –, ouvimos, hoje, o Secretário assumir a culpa e dizer que a responsabilidade de ter mandado fazer a autuação é dele, porque lá todas as ordens partem dele. E mais: que o crime, na mesma linha de raciocínio do deputado Álvaro Gomes e do deputado Zé Neto, o crime é divulgar assuntos pertinentes à Secretaria da Fazenda.

E vi, minha querida deputada Maria Luiza, o deputado Zé Neto anunciou e apresentou aqui documentos falando desse tal de SAF, cometendo um crime que o secretário, hoje, anunciava e que eles, os dois, tinham cometido.

Hoje, vejo o deputado Álvaro Gomes cometendo um outro crime denunciado pelo secretário, deputado João Carlos Bacelar, apresentando outro documento interno da Secretaria da Fazenda. Como é aquele ditado? Faça o que eu digo mas não diga o que eu faço. Seria melhor, deputado Álvaro Gomes, V.Ex^a ter ficado calado, porque cometeu mais um crime, segundo V.Ex^a dizia que era crime e, segundo, o secretário disse hoje pela manhã, voltando ao secretário, que começou, hoje, fazendo a palestra, criou uma grande expectativa, sobretudo minha, para mostrar para a Bahia, para o Brasil, sobretudo para os baianos, as medidas que seriam tomadas para combater esse período de queda de 4 meses que, hoje, eu anunciei, queda nos últimos 4 meses, acumulativa e mensal, no mês de dezembro, 6,14%; janeiro, 2,71%; fevereiro 11% e março, 9,81% de queda. Mas ele não apresentou absolutamente nada de atuações, apenas situações pontuais. Mostrou, como grande mérito, que iria pedir antecipação do dinheiro do Fundeb. Pelo amor de Deus! Se ele mesmo disse, no demonstrativo de hoje, que o Estado põe 800 milhões a mais no Fundeb, e o governo federal não

manda tudo, se ele pedir uma antecipação, vai resolver o problema de caixa agora e criar um problema de caixa no final do ano. A apresentação foi desastrosa.

Ele disse que o ICMS cresceu 16% nos últimos dois anos. Mais um dado do secretário totalmente equivocado. Eu mostrei para ele que tenho o levantamento do ICMS dos últimos 11 anos no Estado da Bahia. No ano de 2007, cresceu 0,23% e, no ano de 2008, 8,41%. Dados errados apresentados pelo secretário.

Mas o pior de tudo, senhores parlamentares, ocorreu quando eu fiz o questionamento ao secretário que, se ele havia anunciado para todas as televisões, rádios, imprensa, todo mundo noticiou que no caixa do governo da Bahia tinham 912 milhões e 550 mil, divulgou isso, e eu o questionei, se o senhor disse que esse número existia, se está tendo dificuldade para pagar os empreiteiros, tudo atrasado de restos a pagar, ou esse número foi mapeado ou alguma coisa são está batendo?

Aí, deputado João Carlos Bacelar, para minha surpresa e para a de todo mundo, ele confessou, na hora em que eu o questionei, dizendo que os 912 milhões que ele tinha em caixa eram recursos do Funprev, da gestão plena do SUS, do Planserv, de convênios e etc. Esse dinheiro não é do Estado, meu Deus do céu. É dinheiro de convênio. Qualquer um, não precisa ser engenheiro, não, é questão bom senso, esse dinheiro não pertence ao Estado. É dinheiro de convênio, ele tem que prestar contas. Ele dava como dinheiro do Estado.

Admitiu, mais à frente, meu querido Getúlio Ubiratan, que cancelou empenhos já pagos, V.Ex^a acredita nisso, num total de 220 milhões, para atender o que estabelece a meta fiscal. São duas coisas gravíssimas. Depois desses três lapsos que ele teve de confessar publicamente, uma irregularidade dessa natureza, deixou de responder os mais de 20 questionamentos que eu havia feito, simplesmente ignorou, não quis mais responder. Mas estou encaminhando nesta tarde ao Tribunal de Contas do Estado, vou tentar ler para que a Casa tenha conhecimento do que apresentei hoje, vou ler para ficar registrado, se não der tempo, vou entregar às taquígrafas para ficar como lido e a Casa tome conhecimento do documento que eu estou enviando ao Tribunal de Contas do Estado.

Olhem os questionamentos que eu fiz: (lê) “Analisando o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa (consolidado) do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2008, observamos que o Estado da Bahia obteve uma suficiência de caixa de R\$ 912,55 milhões, já deduzidos os Restos a Pagar e todas as outras obrigações de curto prazo. Como o Senhor explicaria a dificuldade do Estado de pagar os Restos a Pagar, pois até a presente data estas obrigações não foram quitadas na sua integralidade, inclusive a mídia veiculou uma reunião na semana passada entre o Secretário da SEDUR e as empresas de construção para tratar desta questão. Esta suficiência de caixa é fictícia? ou está lastreada por recursos que não são fontes do tesouro, que não têm livre aplicação, tais como convênios, FUNPREV, Gestão Plena do SUS, PLANSERV, etc?”

Ele confirmou essa irregularidade.

E peço, Sr. Presidente, uma cópia da transcrição desse trecho para que eu possa anexar ao encaminhamento que estou fazendo, ainda hoje, ao Tribunal de Contas do

Estado. Fiz outro questionamento.

(Lê) “Quais as dificuldades de caixa enfrentadas hoje pelo Estado da Bahia, qual o déficit mensal na conta suprimimento atualmente?”

Não respondeu.

(Ver áudio desta parte.)

(Lê) “Já são sentidas dificuldades para pagamento da folha de pessoal?”

Não respondeu.

(Lê) “Existe possibilidade de atraso na folha de pagamento do Estado?”

Não respondeu.

(Lê) “Por quê dos sistemáticos atrasos no pagamento dos fornecedores?”

Não respondeu.

Solicitei para que possamos cumprir com as nossas obrigações nesta Casa, segundo o critério da transparência – tão dita por ele hoje –, conhecimento da relação de empenhos liquidados, cancelados, constando o número e valor por secretaria ou órgão público.

Vou noticiar também no Tribunal de Contas. E ele não respondeu, disse que tinha que fazer um ofício para pedir, para mandar, apesar de existir uma decisão judicial que o obriga a dar a senha para todos os parlamentares.

(Lê) “Afirma-se que foi cancelado empenho já pago. O senhor confirma?”

Ele confirmou.

(Lê) “Gostaria que o senhor explicasse o que fará o gestor” – já digo referente a outras secretarias que tiverem empenhos sem o conhecimento deles cancelado – “para regularizar a situação de sua secretaria que tiver o empenho pago e anulado, e agora terá que regularizar empenhando a despesa como Despesas de Exercícios Anteriores?”

Ele não respondeu.

(Lê) “O Tribunal de Contas do Estado tomou conhecimento ou se manifestou sobre esses cancelamentos?”

Não respondeu.

(Lê) “Já com relação ao Demonstrativo do Resultado Primário, peça integrante do Relatório Resumido de Execução Orçamentária referente ao 6º bimestre de 2008, observamos que o Estado não cumpriria também esta meta fiscal, se não tivesse anulado os empenhos no montante de R\$ 220 milhões. Seria este, senhor secretário, o real motivo para a anulação destas despesas?”

Não respondeu.

(Lê) “Senhor Secretário, o Estado cumprirá a meta do Resultado Primário previsto no Programa de Ajuste Fiscal, mesmo se não tivesse anulado as despesas empenhadas no montante de 220 milhões?”

Não respondeu.

(Lê) “Quais são as sanções administrativas e financeiras para o descumprimento das metas estabelecidas no Programa de Ajuste Fiscal?”

Não respondeu.

(Lê) “É verdade que o descumprimento destas metas onera o pagamento da

dívida em 0,25% por cada meta descumprida?”

Não respondeu.

(Lê) “E que além disso, o Estado fica impedido de celebrar novas operações de crédito?”

Não respondeu.

Nas colocações que aqui foram feitas ele proibiu o meu exercício como membro da Comissão de Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia de exercer as minhas atribuições como fiscalizador.

Se ele não dá as informações, deputado Waldenor, como disse aqui, e V.Ex^a acompanhou de lá, irei me ausentar, nesta tarde, do Plenário para mandar todas essas notificações ao Tribunal de Contas, para que eles então notifiquem e me cobrem. Mas as contas do governo do Estado, infelizmente, para tristeza nossa, referentes ao ano de 2008 está sob suspeita por essas irregularidades que aqui apresentei.

Sr. Presidente, estou finalizando e notificando o secretário – ele me pediu com relação –, já que ele assumiu a culpa ou o ônus de ter dado uma ordem, e eu disse que o IFEP não tem atribuição legal para fiscalizar a TV Bahia, esta sim teria responsabilidade legal porque o IFEP só pode fiscalizar as empresas de capital aberto ou na área de energia, e as atribuições – como ele concluiu mandando que fiscalizasse outras empresas... Ele disse e reafirmou que vai apurar e exonerar, mas como ele assumiu a culpa acredito que depois de responder a esses questionamentos irá pedir exoneração do cargo de Secretário de Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Gostaria de registrar a presença do deputado Leonardo Prudente, presidente da Assembleia do Distrito Federal, do Democratas. Quero dizer, deputado, que é uma honra muito grande para o Parlamento baiano receber a visita de V.Ex^a. Seja muito bem-vindo.

Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PSC/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Adolfo Menezes por todo o tempo.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de saudar o deputado Leonardo, presidente da Assembleia do Distrito Federal, em visita a nossa Casa, nesta tarde, É um prazer grande tê-lo aqui conosco.

Srs. Deputados, infelizmente o deputado Elmar não se encontra aqui neste momento, mas vou lhe responder, porque no último dia de apreciação do projeto dos fazendários, já pela madrugada, ele falava do governador Wagner em Campo Formoso, e existe um sentimento que carrego, até me prejudicando politicamente, que é o sentimento moral da lealdade.

Eu não poderia deixar, deputado Gilberto, de responder ao deputado Elmar, que é meu adversário, mantemos hoje excelente relação, como não poderia deixar de ser, somos até parentes como todos sabem, o deputado Elmar é nosso primo, mas fazemos política no mesmo município. Ele tecia comentários a respeito de uma entrevista que concedera em Campo Formoso, na *Rádio Nuporanga*, desafiando os ouvintes de toda aquela região para que apresentassem alguma obra, deputado Pedro, nas áreas da educação, e da saúde.

Eu, realmente, comungo com o deputado Elmar, mas ele falou em algumas áreas, e o governador não teria condições de atender, fazer tudo que necessitam, em um ano e meio de governo, em um município como Campo Formoso e nos demais 416 municípios da Bahia. Mas eu não poderia deixar, deputado Pedro, de ser leal com o governador que me deu nesses dois anos mais de 30 milhões em obras, evito até falar para não provocar uma certa ciumada aqui nesta Casa. Sei que nem todo mundo foi contemplado com essa montanha de dinheiro por conta das dificuldades que atravessamos, que o nosso Estado atravessa.

Tivemos a rodovia, que não me canso de agradecer aos deputados desta Casa que apoiaram por unanimidade, batizada de Deputado Herculano Menezes, a ajuda aqui de todos, deputados Heraldo, João Carlos, todos aqui nesta Casa, e foi uma estrada totalmente reconstruída, hoje uma das melhores estradas da Bahia, construída por este governo a nosso pedido; anel rodoviário em Campo Formoso, mais de 5 milhões em energia do programa Luz para Todos, diversos sistemas de abastecimento de água, quadras de futebol, vários calçamentos, através da Conder, em várias comunidades, como na sede do povoado de Santo Antônio, povoado de Tiquara, Brejo Grande, Limoeiro, Brejão da Caatinga, eu não poderia deixar sem resposta quando o deputado Elmar disse aqui 15 dias atrás, salvo engano, que o governador Wagner não teria feito nada naquela reunião, inclusive estava apostando na rádio para quem apresentasse.

Então mostro aqui, deputado Waldenor, nosso Líder, às vezes evito falar, para não causar ciúme, contudo, em política, sabemos que quanto mais se é atendido mais se quer, tem-se de chorar. O governador, nestes dois anos, atendeu-nos, na região de Campo Formoso, em mais de 30 milhões. Às vezes, não posso falar para não causar um certo ciúme porque ele não tem condições de atender a todos devido às condições financeiras dessa grave crise internacional que assola o mundo inteiro, e no Brasil não poderia ser diferente.

Não poderia deixar de ser leal ao governador Wagner que tem nos atendido. Claro, não em tudo que precisamos, mas em Campo Formoso, deputado Waldenor que lidera esta Bancada, não se pode reclamar, nestes dois anos, do atendimento dado pelo governador. Então, não poderia deixar de ser leal ao governador Wagner. Esse sentimento moral carrego e carregarei sempre até o final da minha vida, mesmo sendo prejudicado como já fui algumas vezes politicamente por ser leal demais. Vou ser sempre leal ao governador Wagner. Aconteça o que acontecer, estarei ao seu lado, porque este é o sentimento que vou carregar sempre em minha vida. É claro que há muitas demandas a serem ainda atendidas, mas, nestes dois anos, fomos muito bem

atendidos em Campo Formoso, em mais de R\$ 30 milhões de obras, mesmo havendo alguns ciúmes aqui, na Bancada do governo, que é muito grande.

Comungo com o deputado Pedro Alcântara falando sobre o projeto de irrigação na região de Juazeiro, que contempla também Campo Formoso por fazer divisa. Sabemos deputado Pedro, eu tenho isso sempre em vista, que Campo Formoso é aquela região, juntamente com Juazeiro, que já deu um salto muito grande nestes últimos anos devido a esses grandes projetos de irrigação que vieram alavancar a economia de Juazeiro e Petrolina. Não temos outro caminho, temos terra de primeira, temos homens trabalhadores, capazes, como já foi e está sendo demonstrado. O que falta mais é incentivo governamental, dos nossos dirigentes que têm condições de levar o futuro para aquela cidade e para as cidades vizinhas. Eu sempre tenho dito que, quando for feito um polo fruticultor, Campo Formoso, que tem 70% do Rio Salitre cortando aquela enorme região, será outro município, como as demais regiões. Quando for feito um polo fruticultor em maior escala na região— já existe na região de Petrolina e de Juazeiro - dando empregos a milhares de homens e mulheres que tanto precisam e que hoje se dirigem aos grandes centros como São Paulo, Salvador, Goiânia para trabalhar na cultura de cana, principalmente por não dispor de condições de sobrevivência nos seus municípios onde estão, como V.Ex^a falou aqui, todas as suas raízes, onde estão seus pais, seus avós as suas famílias...

Então, vamos lutar aqui, deputado Pedro, juntamente com V.Ex^a, para que vejamos, ainda num futuro que não seja tão distante, aquela região transformada num celeiro produtor de hortifrutigranjeiros, levando o desenvolvimento, melhorando a economia, dando emprego a todos aqueles nossos irmãos trabalhadoras e trabalhadores que têm competência, toda a condição de desenvolver aquela região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Com a palavra o nobre Líder do PR para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Pedro Alcântara:- Com muita honra indicamos a deputada Virgínia Hagge por todo o tempo.

A Sr^a VIRGÍNIA HAGGE:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores presentes nas Galerias, hoje venho a esta tribuna com uma sensação, com uma alegria muito grande, porque, há vários anos, estamos vendo o escândalo que está acontecendo na Bahia relacionado ao “gerente de eventos” – entre aspas – da Petrobras, o famoso Sr. Rosenberg Pinto.

Essas denúncias são feitas há muito tempo, acompanhamos sempre nos nossos municípios, mas até que enfim estamos vendo a imprensa divulgar o escândalo praticado por esse senhor.

Temos aqui uma matéria escrita pela jornalista Renata Lo Prete na coluna *Painel*, da *Folha de S. Paulo* – sem dúvida alguma um dos jornais mais lidos do País, que todo político lê todos os dias porque é um veículo de grande credibilidade – que diz o seguinte:

(Lê) “Cai, cai, balão

Prefeitos do interior da Bahia relatam ter recebido de Rosemberg Pinto, assessor especial do presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, a seguinte proposta: a estatal estaria disposta a patrocinar as festas de São João, tradicionais no Estado. Em troca, a prefeitura assume o compromisso de contratar uma das empresas indicadas pelo assessor para organização e montagem do arraial junino.

As cotas de ajuda da estatal são variáveis, de acordo com o tamanho do município e da festa. Uma das empresas indicadas por Rosemberg, segundo prefeitos procurados, é a ST Estruturas, especialista em montagem de eventos no Estado.”

Temos também no *blog* do nosso querido e respeitado Samuel Celestino três notícias e comentários durante o dia a respeito dessa ação que esse senhor vem praticando na Bahia.

Estou aqui não só para denunciar, mas também para pedir a ajuda de todos os parlamentares que respeitam o nosso Estado, no sentido de solicitarmos a averiguação de como esse dinheiro está saindo da Petrobras. Essa empresa não é dele, é nossa, é do Estado! Queremos, sim, que ela ajude os municípios, entretanto que essa ajuda seja para todos e não somente para aqueles que interessam ao Sr. Rosemberg Pinto, ou seja, os que lhe darão, em troca, votos em 2010.

Queremos o nosso São João, mas queremos transparência com o dinheiro público. E gostaríamos de perguntar à Petrobras: que critérios são usados para destinar essas verbas? É por tamanho da cidade, é por tradição do São João ou é ao bel-prazer do Sr. Rosemberg Pinto? Chega! Sabemos que esse dinheiro é usado indevidamente não apenas em festas juninas, como também em feiras agropecuárias.

Nós também fomos vítimas nessa eleição, quando ele usou o dinheiro da Petrobras para eleger prefeitos, vice-prefeitos e vereadores do seu interesse.

Temos aqui em mão um ofício que vamos enviar ao diretor da Petrobras, no qual pedimos que ele tome providências e esclareça como essa verba é destinada; e também que explique como as prefeituras fazem a prestação de contas dessas verbas.

O Sr. Heraldo Rocha:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. João Carlos Bacelar:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a VIRGÍNIA HAGGE:- Concedo um aparte ao nobre deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- V.Ex^a faz uma denúncia que já formulamos no passado. Ficou claro que esse senhor utiliza recursos da Petrobras. Precisamos apurar. Como V.Ex^a diz, não somos contra o São João, achamos que é uma festa popular que o povo da Bahia ama; somos contra a utilização de recursos públicos, inclusive em campanhas políticas. Ele utilizou recursos públicos, se não é da Petrobras, ele tem de dizer de onde é, para bancar campanhas eleitorais inclusive em municípios onde eu e V.Ex^a somos votados, que é em Itapetinga.

Portanto sou solidário a V.Ex^a e temos que apurar essa grave irregularidade às custas da Petrobras.

A Sr^a VIRGÍNIA HAGGE:- Eu agradeço e incorporo o seu aparte. Precisaréi da sua ajuda para que mostremos ao povo da Bahia, aos nossos municípios quem está

com a razão. E nós não vamos nos calar, nós vamos levar adiante e nós queremos a prestação de contas do dinheiro da Petrobras.

Concedo um aparte ao nobre deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar: Nobre deputada Virgínia Hagge, parabéns pelo pronunciamento de V.Ex^a, que se cerca de toda credibilidade pela parlamentar que V.Ex^a é e por ser integrante da Base do governo. Não é uma denúncia de um parlamentar da Oposição, é uma denúncia de uma parlamentar que integra a Bancada do governo e que ajuda ao governo Wagner nesta Casa.

Deputada, o deputado José Carlos Aleluia tinha denunciado no ano passado que por onde passava havia emissários do Partido dos Trabalhadores da Bahia, funcionários de grandes empresas e de Ministérios com a mala-preta na mão. E agora um jornal paulista desnuda isto, esse senhor poderosíssimo que teve que ser afastado da Bahia às pressas. Hoje ele está no Rio de Janeiro junto ao gabinete da presidência da Petrobras, porque aqui, na Pituba, junto ao Parque da Cidade, já parecia a caverna de Ali-Babá.

A Sr^a VIRGÍNIA HAGGE:- Agradeço ao deputado o aparte e estou ajudando, sim, o governo do Estado a trabalhar, porque tenho a certeza de que o governo do Estado não concorda com essas ações deste cidadão e tenho a certeza absoluta de que irei contar com os meus colegas do Partido dos Trabalhadores para juntos irmos averiguar onde está o dinheiro. Tenho um apreço muito grande pelos meus colegas que aqui estão presentes, Paulo Rangel e Waldenor, são pessoas íntegras, comprometidas, e tenho a certeza de que irei contar com eles para averiguar as denúncias.

Concedo um aparte ao nobre deputado Gilberto Brito.

O Sr. Gilberto Brito:- Minha querida colega e estimada amiga Virgínia, essa doçura, candura de pessoa que sabe conviver dentro da harmonia, da paz, da solidariedade, e não poderia ser diferente, oriunda de onde é, cuidada onde foi e educada dentro dos moldes próprios cujo pai deixou uma escola aqui.

Eu quero me solidarizar com V.Ex^a e dizer que essa colocação feita a respeito desse cidadão, que, me parece, tem um sobrenome Pinto, o voo é bem maior. Faça V.Ex^a uma incursão ao Vale do Paramirim e por lá tem um frangote danado também bancando festas, todas pela Petrobras.

Recentemente, no Carnaval da região, foi uma festa só! E olhem que em determinado momento, eu fiz uma correspondência sugerindo à Petrobras ajudar financeiramente o Hospital Aristides Maltez que estava passando por uma dificuldade muito grande, e de lá responderam ser impossível a destinação de recursos para esse fim. No entanto, o pão e o circo, tem sido a força motriz da ação da Petrobras. É o verdadeiro pão e circo.

Na minha região de Paramirim, tem frango que voa por lá também com a mesma ação. O povo dança o tempo inteiro, e o povo dança e vai dançando dentro da ilusão daqueles que sabem fazer o pão e o circo.

A Sr^a VIRGÍNIA HAGGE:- Obrigada ao nobre deputado Gilberto Brito.

Nós vimos nos apartes de todos os colegas que nós não vamos nos calar, não

vamos nos conformar e queremos saber da Petrobras a prestação do dinheiro, dessa verba que vai para os nossos municípios de uma forma imoral, de uma forma ilegal e obscura.

Nós, como baianos, como representantes dos nossos municípios, queremos averiguar isso.

Estão de parabéns a *Folha de S. Paulo*, o nosso querido amigo Samuel Celestino,...

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Para concluir, deputada.

A Sr^a VIRGÍNIA HAGGE:- (...) está aqui um ofício que, devido ao tempo, não vamos poder ler, vamos encaminhar ao presidente da Petrobras para que ele tome as devidas providências, porque os deputados deste Parlamento querem uma resposta, pois devemos uma resposta ao nosso povo e aos nossos municípios. Não podemos nos calar nem aceitar que pessoas do caráter do Sr. Rosenberg venham agindo de forma desonesta em todo o nosso Estado.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PT do B/PSL/PTB para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

Estou inscrito para falar, meu caro Líder Waldenor, então convidaria o deputado Gilberto Brito para presidir a sessão, para assumir a presidência desta sessão, para que o nobre Líder possa me anunciar para usar o tempo do PSDB/PT do B/PSL/PTB.

Com a palavra o nobre Líder do governo, Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Deputado Getúlio Ubiratan, é com satisfação que anuncio a presença de V.Ex^a na tribuna desta Casa Legislativa pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Anuncio a palavra do legítimo representante do Extremo Sul e, por que não dizer-se, deputado Bacelar, representante o Sul do País na tribuna.

Concedo a palavra ao deputado Getúlio Ubiratan.

O Sr. GETÚLIO UBIRATAN:- Muito obrigado, deputado Gilberto Brito, cidadão brasileiro, não é tchê?

Srs. Deputados, Sr. Presidente, Gilberto Brito, quero, logo no início do meu pronunciamento, me associar a esse grito de alerta colocado aqui pela nobre deputada Virgínia Hagge em torno dessas denúncias que não têm sido novidades, que não são novidades, mas que começam realmente a ser cobradas e agilizadas no seu rigor para que a punição aconteça.

Não é de agora que temos conhecimento a respeito do que tem acontecido por conta da discriminação e da maneira, da forma como os critérios abusivos são colocados em prol de patrocínios de eventos pela nossa Bahia.

É inadmissível que esse tipo de situação aconteça e esperamos, realmente,

minha cara deputada Virgínia Hagge, que todos os deputados desta Casa se associem realmente a esse problema, que realmente o rigor da punição aconteça na nossa região do Extremo Sul, também, onde temos tido essas situações, deputado Gilberto Brito, que criam um crivo de vergonha em torno, repito, reitero dessa discriminação que se faz e da maneira errônea como se trabalha com eventos públicos e patrocinados pela prestigiosa empresa Petrobras.

Queremos aqui, meu caro deputado Gilberto Brito, ocupando esta tribuna, novamente reiterar um exemplo bonito de uma administração da Bahia. Na cidade de Teixeira de Freitas nós temos o prefeito municipal que é o padre Aparecido, ele tem, com arrojo e determinação, organizado a vida da nossa capital do Extremo Sul.

Eu faço muita questão de tecer esse elogio aqui do Plenário, em respeito aos que procuram organizar os seus municípios com competência, honestidade e lisura, e nós, realmente, temos tido avanços na capital do Extremo Sul, principalmente relacionados com a saúde.

Nós precisamos também destacar o apoio que tem acontecido na nossa região por parte do secretário de Saúde, Dr. Jorge Solla e do Governador Jaques Wagner; não podemos ignorar o avanço de uma UTI que temos na cidade de Teixeira de Freitas, conquista essa, deputado Gilberto Brito, a partir do momento em que o Governador Jaques Wagner assumiu este Estado.

O povo humilde, aqueles que precisam de transfusão de sangue, hemodiálise, estes pacientes eram obrigados a sair da cidade de Teixeira de Freitas para seguir, com grande dificuldade, até a cidade de Eunápolis. Muitos preferiam atingir o outro estado, indo para Vitória, capital do Espírito Santo, tendo em que a cidade de Teixeira de Freitas fica distante cerca de 300 quilômetros da capital capixaba, bem menos do que se tivesse que vir até Salvador, a 1000Km de distância.

Mas é importante esse progresso que conquistamos recentemente, cuja obra, anunciada neste Plenário por este parlamentar e que foi concretizada há poucos dias, quando, finalmente, deputado Gilberto Brito, temos agora em funcionamento, em Teixeira de Freitas, a hemodiálise e o sistema de UTI que beneficiam não somente a cidade de Teixeiras de Freitas, mas todos os municípios circunvizinhos: Vereda, Itanhém, Mucuri, Nova Viçosa, Caravelas, Prado, a região do Extremo Sul, Itamaraju, Lajedão, e não podemos em momento algum cuspir no prato em que comemos.

Precisamos aqui, de público, trazer esse agradecimento: obrigado, governador Jaques Wagner, pela forma com que o senhor tem conduzido o seu governo em prol da saúde da nossa região do Extremo Sul. Não podemos também esquecer de agradecer em público ao nosso secretário de Estado da Saúde, Dr. Jorge Solla. Recentemente o acompanhei em visita à nossa região, ocasião em que inauguramos a reativação do Hospital do distrito de Poço da Mata em Nova Viçosa. Naquele mesmo dia, ainda, um PSF em Nova Viçosa, também distrito de Poço da Mata, e além disso a hemodiálise, assinado o convênio juntamente com a Prefeitura Municipal da cidade de Teixeira de Freitas.

Nós tivemos ali um avanço de obras levadas pelo governador Jaques Wagner, juntamente com a saúde e outras questões importantes, cerca de 30 milhões de reais.

Tivemos, há poucos dias, viaturas para a Polícia Militar. Entretanto, precisamos realmente de muitos outros benefícios, e uma das questões que é muito levantada, que é muito cobrada nas andanças e por onde passamos, já que estamos visitando todo final de semana a nossa região, procuramos manter contato não apenas com a cidade, mas com os distritos também, é a questão das estradas. Nós temos a patrulha mecanizada, anunciada pelo Secretário Batista Neves, em reunião recente, juntamente com o governador do Estado Jaques Wagner. Nós pedimos também, governador, a compreensão com relação aos municípios que estão vivendo com dificuldades na sua cota de participação.

Eu quero concluir fazendo esse apelo veemente ao nosso governador Jaques Wagner. A patrulha mecanizada, governador, é muito bem vinda, mas precisamos de um apoio também maior relacionado à presença de funcionários para trabalhar nessa investida, nessa recuperação das estradas vicinais da nossa região. E uma contribuição com muito mais força também aos prefeitos, que estão vivendo com dificuldades na sua arrecadação, que chega a atingir cerca de 40%, alguns municípios da nossa região até 50%. Eles têm até mesmo dificuldades, deputado Gilberto Brito, de participarem com a sua cota na questão combustível.

Então, precisamos que o senhor faça essa revisão, governador, é um pleito muito necessário no momento, no instante em que os nossos municípios da região do Extremo Sul estão clamando por socorro.

E permita-me, deputado Gilberto Brito, eu não vou me alongar nesse comentário também. O Coronel Nilton Mascarenhas tem sido muito sensível na questão da segurança da nossa região. Mas, aqui reitero um apelo já protocolado para V.Ex^a, Coronel Nilton Mascarenhas, comandante-geral da Polícia Militar da Bahia. Na nossa região nós tivemos o 13º Batalhão da Polícia Militar, formaram, recentemente, 64 novos policiais militares e a população da nossa região clama para que esses 64 novos policiais permaneçam dentro da nossa região, permaneçam dentro do 13º Batalhão da Polícia Militar, porque é a questão do reforço, eles foram preparados na nossa região e deveriam permanecer ali, da mesma forma, que os 31 policiais que foram preparados em Medeiros Neto também permaneçam.

Eu faço este apelo, clamo pela sensibilidade de V.Ex^a, Coronel Nilton Mascarenhas, preocupado com a segurança da nossa Bahia. Mas reitero que é muito importante, num momento importantíssimo de recuperação da credibilidade, da segurança da nossa região, nós precisamos desse efetivo reforçado e, sem dúvida alguma, agora, com esses novos formandos, os 64 em Teixeira de Freitas e os 61 em Medeiros Neto.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Deputado Getúlio, V.Ex^a, com seus comentários sempre preocupado com as questões da sua região, teceu comentários quanto à conquista da Unidade de Hemodiálise instalada em Teixeira de Freitas.

Eu quero aqui, também, por dever de justiça, registrar a nova iniciativa da Secretaria da Saúde, também com relação à implantação de alguns Hemobas em diversas sedes de Dires pelo interior, o que vem, de certo modo, contemplar o bem-

estar de muita gente nos mais diversos quadrantes do Estado da Bahia.
(Sem revisão do orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Com a palavra o nobre Líder do PP/PMN/PRTB para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Luiz Augusto:- Eu falarei por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):0 Com a palavra o deputado Luiz Augusto pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, galerias, *TV Assembleia*, aqueles que nos ouvem via Internet, estou aqui, mais uma vez, para falar sobre uma coisa que muitas vezes não me sinto muito à vontade para falar, mas na nossa região, na minha cidade de Guanambi as pessoas começaram a reclamar demais, as entidades de classes começaram a reclamar sobre o caos da Justiça do Trabalho de Guanambi.

Às vezes as pessoas falam assim: - não fale não, porque você tem empresa, você vai ser perseguido. Mas, a minha função de deputado é vir aqui reclamar e denunciar o que está acontecendo na Justiça do Trabalho em Guanambi.

No início, lá, todas as ações contra pequenos empresários eram ações que tinham julgamentos que os pequenos empresários tinham que fechar as portas. Ações absurdas, indenizações absurdas, porque as outras a gente não contesta. Se é decisão de juiz, que se cumpra. Mas os que podiam recorrer, recorriam a instâncias superiores; aqueles que não podiam, ficariam quebrados e devendo para o resto da vida.

Sei que a juíza titular de lá foi advogada trabalhista de sindicato, mas não pode transformar a Justiça do trabalho, como juíza, em ações de sindicalista e não pode ter lado. Acho que ela esqueceu que fez o concurso para juíza, passou por mérito, porque estudou, mas não pode transformar o seu poder de virar contra um, contra outro.

Diante de diversas sentenças que o advogado não aceitava, a própria OAB, que também não as aceitava, deu entrada a uma representação no órgão especial do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia, que autorizou abertura de inquérito contra a citada juíza. A partir daí, com os advogados que lá foram prestar depoimento passou a ocorrer uma coisa estranha e mais coincidências: não importava o lado que o advogado estivesse, seja do lado do trabalhador, seja do lado do empregador, as sentenças eram sempre contrárias aos advogados que estavam representando e tinham ido prestar depoimentos na Justiça contra a juíza.

Aí, o que é que está ocorrendo? Os trabalhadores que, às vezes, têm direito – não estou falando do julgamento – estão largando de entrar com a reclamação por meio de determinados advogados, ficam sem saber com que advogado vão entrar, porque, senão, recebem multa, têm que pagar as custas, uma coisa estranha sempre com relação aos advogados que prestaram queixas contra a juíza.

E se o empregador procurar os tais advogados, ele recebe sentenças que não vão conseguir pagar para o resto da vida. Esses absurdos não podem ocorrer em uma cidade que é ordeira, que gosta de trabalhar e onde, na maioria das vezes, as coisas

são resolvidas por acordo.

Não pode a Justiça do Trabalho ser o ponto de discórdia da nossa sociedade, ela tem que ser um ponto de justiça e tem que se fazer justiça, porque, senão, daqui a alguns dias ninguém vai procurá-la a não ser determinados advogados. Aí ficam os apadrinhados, que vão começar a falar isso, que é ruim, porque, às vezes, não estão ganhando nada com isso, mas começa-se a levantar suspeitas. Espero que isso não ocorra na nossa cidade.

Como se não bastasse isso, recebi diversas denúncias, no ano passado, de que, numa faculdade de Guanambi, se defendessem um lado político, quando se falava em política na sala de aula, determinados alunos eram reprovados por uma certa professora. Chegou-se a esse cúmulo, e vários desses alunos pediram revisão de prova e passaram com folga.

Será que isso é justiça? Acho que está na hora de o Tribunal de Justiça e o Tribunal do Trabalho olharem com atenção esses casos, para que eles não comecem a se expandir, que sejam casos isolados em Guanambi, e deem uma solução, porque o povo de Guanambi precisa de solução, pois não pode achar que a Justiça do Trabalho tem lado ou tem dono de um lado ou de outro. Isso tem que acabar, e espero que o Tribunal Regional do Trabalho possa, realmente, dar à sociedade, o mais rápido possível, a resposta que ela tanto anseia para que a balança, símbolo da Justiça, não pese nem para um lado nem para o outro.

A Defensoria Pública está aí para defender os mais humildes, mas na hora de julgar ela pode até... Porque julgamento tem certos lados que você pode julgar de um lado ou de outro, pode até a gente não concordar. Mas não podem ser comuns as decisões que são tomadas para prejudicar intencionalmente um lado ou o outro que esteja reclamando ou seja o reclamado.

Por isso espero que a Justiça do Trabalho seja imparcial e que em Guanambi volte a reinar a harmonia entre empregados e empregadores, principalmente nesse momento de crise que pode levar os pequenos empresários à falência.

Mudando de assunto, hoje o nosso secretário da Fazenda esteve lá prestando contas do último quadrimestre e respondeu diversas perguntas. Como é normal, alguns acham que não respondeu a todas, outros acham que respondeu. Agora, eu fiquei preocupado com algumas coisas que foram ditas, discutidas, lá na Comissão de Orçamento. Eu achava, no meu entendimento, que quando a nota era empenhada, por isso foi criada a Lei de Responsabilidade Fiscal, que a pessoa quando fizesse o empenho, fizesse o serviço, emitisse a nota fiscal, tivesse a ordem para recebimento, esses empenhos não poderiam ser cancelados, porque aí você cria uma coisa muito ruim para o Estado. Porque quem compra bem e paga bem, compra barato e paga barato. Se a pessoa que está lá, é o credor, não sabe se vai receber e fica na dúvida, acaba fazendo com que o governo pague mais caro. Acho que está na hora de sentar, do governador chamar esse pessoal, ver o que pode empenhar, o que não pode empenhar, ver o que pode gastar e o que não pode gastar. Mas eu entendo que as pessoas que venderam para o Estado têm o direito de receber e receber em dia. E, se fizerem isso, o governo pagar em dia, com certeza, vai fazer a obra muito mais barata

e será bom para todos porque sobrarão recursos para fazer muito mais obras para o nosso Estado.

Espero que eu consiga tirar algumas dúvidas. Vou fazer contatos, procurar especialistas, porque hoje eu fiquei com muitas dúvidas sobre algumas coisas que foram faladas na Comissão de Orçamento. Preciso tirar dúvidas, como presidente. Sei que não sei tudo, graças a Deus, mas tenho que correr para aprender para que na próxima prestação de contas tenhamos alguns pareceres para saber o que é que o Estado pode fazer e o que não pode fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 9 minutos a nobre deputada Fátima Nunes.

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Com a palavra a nobre companheira deputada Fátima Nunes pelo tempo de 9 minutos, ela agora já mais tranquila com o início das chuvas na sua sofrida região do Nordeste baiano.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente deputado Gilberto Brito, Sr^s e Srs. Deputados, imprensa presente, visitantes das nossas Galerias Paulo Jackson, teleouvintes da *TV Assembleia*, quero dizer neste momento da minha satisfação de ter ficado um pouco mais velha no dia 11 de abril.

Estou fazendo este registro para agradecer a todos os deputados e deputadas que enviaram ao meu gabinete cartões com mensagens positivas de força, coragem e luz a fim de que eu possa continuar nesta missão aqui no mundo, batalhando e lutando para que a nossa sociedade seja mais justa, mais fraterna, com homens e mulheres tendo o direito de viver bem e de ser feliz.

Até pensei em trazer todas as mensagens desses cartões e *e-mails* para ler desta tribuna, porque realmente neste momento em que o mundo precisa tanto de conceitos e de palavras afirmativas, senti que todas elas me encorajam. Se eu puder – sei que poderei –, transmitirei para outras pessoas essas palavras de luz, força e encorajamento para que possamos, cada dia mais, tornar o nosso mundo, a nossa sociedade, a nossa Bahia, o recanto ou canto em que vivemos, um ambiente com mais solidariedade e fraternidade.

Esse era o primeiro registro importante que queria fazer, manifestando a minha satisfação.

Aproveitei essa oportunidade para almoçar com os amigos e amigas de Paripiranga, na casa de minha mãe – muitos daqui a conhecem. Foi motivo de alegria reunir as famílias, porque, num momento em discutimos o combate à violência, segurança pública, melhores condições de vida para o nosso povo, é necessário assegurar às famílias esse convívio de paz e tranquilidade, porque são elas são células que formam a nossa sociedade.

Mas, presidente Gilberto Brito, ainda não tive a alegria de ver a chuva do lado do sertão, do Semiárido no Nordeste II, lá nas localidades de Ribeira do Pombal, Paulo Afonso, Cícero Dantas, Paripiranga, Tucano, Euclides da Cunha, Canudos. Nessa região ainda estamos, digamos assim, com os olhos estendidos para o céu aguardando suas bênçãos.

Entretanto tenho certeza de que a quem Deus promete, não falta. E assim veremos, em breve, o nosso chão verde, as nossas cisternas e os nossos tanques cheios de água. E tenho a satisfação de dizer que quando começamos o programa Um Milhão de Cisternas, fazíamos, digamos, com a caridade, a ajuda de amigos estrangeiros. Mas isso mudou a partir da eleição do presidente Lula e, mais recentemente, do governador Jaques Wagner, que também abraçou esse programa como uma política pública de garantia de água para todas as famílias.

Tenho certeza de que aquelas famílias que já têm ao lado de casa sua cisterna, podem garantir os 16 mil litros de água necessários para manter o período de 8 meses de estiagem.

E vamos também trabalhando para ter outras alternativas, que é a água da comunidade e aqueles tanques grandes para os períodos de estiagem. Com certeza, essa chuva bem abençoada que já chegou a outras regiões do Semiárido da Bahia vai chegar também do nosso lado, e assim veremos as nossas cisternas transbordarem, com o povo tendo a alegria de ser feliz.

Aproveito estes minutos que ainda me restam para parabenizar o secretário da Fazenda, Dr. Carlos Martins, que hoje pela manhã, na Comissão de Finanças e Orçamento, nos deu a certeza da responsabilidade, da transparência, do empenho do nosso governo em mostrar que, mesmo nas dificuldades, mesmo tendo de pagar dívidas que ficaram da gestão passada, tem se esforçado para fazer com que as contas públicas estejam equilibradas. E desse modo o nosso Estado possa adquirir novos créditos para realizar as ações que tanto precisamos, seja nas estradas, seja na ampliação do Programa Água para Todos, seja na ampliação do Programa Moradia Popular. E, para tudo isso, sabemos que existem as dificuldades da burocracia, mas sabemos que também existe a determinação e a boa vontade do governador, que conta com sua equipe, principalmente a de Finanças, para administrar bem, digamos assim, as receitas, para que possamos estabelecer as despesas.

Quero parabenizar o trabalho brilhante que ele fez nesta manhã, respondendo muitas perguntas, muitas delas, às vezes, duras críticas de deputados da Oposição que em épocas passadas silenciaram, nunca questionaram. Talvez por que o comando do governo naquele tempo não permitia. Era o tempo do silêncio, do amém. E agora que temos a oportunidade de viver um momento de democracia, participação popular e fortalecimento da cidadania, todos se acham no direito de fazer seus questionamentos, às vezes de modo grosseiro, em meu entendimento, faltando, um pouco, a cortesia com os demais companheiros deputados e com o próprio secretário. Mas nada que tenha empanado uma manhã de brilho, de fortalecimento do nosso conhecimento e da transparência que o nosso governo, cada vez mais, está implantando no Estado da Bahia.

Estas são as minhas palavras neste momento.

Queria também registrar a minha satisfação em saber que na Cidade de Feira de Santana será construído um Centro de Atendimento Socioeducativo para as crianças e os adolescentes. Sei que a deputada Marizete Pereira, que em breve formará a nossa Subcomissão da Criança e do Adolescente, fica feliz, porque sabemos que de nada adianta, depois do jovem crescido, vermos, muitas vezes, a polícia correndo atrás, praticando atos que doem no coração de muitos de nós. Sabemos que se educarmos o jovem, se fortalecemos seu coração com sentimentos de respeito, cidadania e de um cidadão capaz de trabalhar e responder pelos seus deveres ele jamais passará por situações constrangedoras.

Por isso, parabenizo o nosso governador pelo empenho na grande obra que realizará em Feira de Santana, num centro muito grande, uma das maiores cidades da nossa Bahia, praticamente o encontro do sertão com o litoral. Nada mais bem escolhido do que aquela cidade, digamos, para o primeiro momento de uma experiência modelo. Mas tenho certeza de que, estando pronta essa unidade e dando certo os seus trabalhos, poderemos levar também para outros territórios do nosso Estado.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Estimada deputada Fátima Nunes, as boas plantas são irrigadas e adubadas. O gesto de carinho externado por seus colegas pela passagem do seu aniversário é, sem dúvida alguma, o reconhecimento do quanto V.Ex^a representa para a luta e a causa em prol do bem para os menos favorecidos.

Eu tenho a honra e a alegria de, neste momento, registrar a presença aqui de um cidadão do sertão baiano, lá da minha região, mais precisamente, do Município de Tanque Novo, José da Silva Pereira, que ainda hoje esteve em meu gabinete, acompanhando sua filha, carente de uma atenção médica especializada. Entramos em contato com a Secretaria da Saúde, e o acolhimento de pronto foi um bálsamo para minimizar suas aflições.

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou o do Democratas para falar ou indicar orador, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, o deputado João Carlos Bacelar falará pelo tempo de 5 minutos; e o deputado Gildásio Penedo, por 4 minutos. Caso este não retorne, o deputado João Carlos Bacelar falará por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Com a palavra o nobre e querido amigo parlamentar, deputado João Carlos Bacelar, que chega a esta Casa depois de uma trilha brilhante na representação da Casa do Parlamento do município de Salvador.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, é com muita satisfação que falo sob a esclarecida presidência de V.Ex^a.

Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, queria começar este meu pronunciamento lembrando como as coisas se repetem. A deputada Fátima Nunes diz que hoje os deputados de Oposição inquiriram o secretário da Fazenda, coisa que não faziam no

governo passado. Engraçado, a deputada Fátima Nunes também se cala, como faziam, talvez, segundo ela, os deputados do governo, no passado.

Talvez, deputada Fátima Nunes, o carão que dizem que um integrante da Bancada do governo recebeu, esta semana, do governo, e teve que ir a um *blog* dizer que gostaria de dizer que aquilo que disse não era que estava sendo desprestigiado, era que gosta de que as coisas aconteçam rápido e que do autorizo do governador Wagner até a coisa acontecer demora muito.

Com os secretários que o governador tem, deputada Fátima Nunes, não é estranharmos que os autorizos de S.Ex^a demorem tanto. O que também não é comum. Existem deputados da sua Bancada cujos autorizos andam rápido, principalmente se forem amigos do Sr. Rosemberg, da Petrobras.

Mas, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, eu tenho denunciado aqui o caos da educação na Bahia e, infelizmente, não se ouve uma voz para que tentemos mudar essa situação da educação. O secretário da Educação admite que há um déficit de 7.510 professores na rede pública estadual. Faltam, segundo o secretário da Educação, 7.510 professores.

Segundo a APLB Sindicato, organismo que dá apoio ao governo Wagner, organismo muito ligado ao secretário da Educação do governo Wagner, segundo a APLB, esse déficit não é de 7 mil professores, não; é de 10 mil professores. Eu vou ficar com os dados do governo, por serem mais modestos. Admitindo-se que tenhamos na Bahia um déficit de 7.510 professores, como é que o governador Wagner tem a coragem de afirmar que, na sua administração, a educação passa por uma revolução? É porque os filhos ou os netos do governador não estudam nas escolas públicas, porque agora, às 17h13min, não existe uma escola pública em Salvador que tenha aula. Às 17h13min, eu desafio o Sr. Secretário da Educação a informar que escola da rede pública estadual em Salvador ainda tenha aula nesse horário, porque não tem professor, porque não controlam a presença dos professores ou porque a escola está em reforma.

Disse o Sr. Secretário da Fazenda, numa das mais pírias apresentações que eu já vi na minha vida de um secretário da Fazenda, nem o secretário da Fazenda da Prefeitura de Chorrochó faria a apresentação píria que o Sr. Secretário da Fazenda fez hoje aqui, com dados truncados, afirmações que não são verdadeiras, que não são verdadeiras, o Sr. Secretário disse que no governo Wagner a saúde tinha recebido a mais, de investimento, 0,6%, 0,6% em relação ao governo Paulo Souto. Aumentou, Sr. Secretário da Fazenda! Aumentaram os investimentos na Saúde, mas os serviços pioraram, caíram, porque é um governo incompetente, não sabe administrar.

E o que dizer da educação na Bahia? Se a educação já era crítica, agora eles acabaram com a educação. Não há, hoje, educação formal na rede pública de ensino. São 10.000 professores de déficit!

Hoje, dia 14 de abril, deputada Fátima Nunes, ainda há escolas que não iniciaram as aulas. Deputada Fátima Nunes, duvido que V.Ex^a deixasse...

A Sr^a Fátima Nunes:- Não duvide de nada deputado!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- (...) Deixasse, deputada, um filho ou um neto seu frequentar uma escola da rede estadual de ensino.

O Sr. Heraldo Rocha:- Ele falará por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mais 4 minuto, deputado?

O Sr. Heraldo Rocha:- Mais 4 minutos para o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Heraldo Rocha, sempre em deferência a V.Ex^a, concedo-lhe os 4 minutos restantes do DEM. V.Ex^a tem direito a mais 4 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Obrigado, Líder Heraldo Rocha.

Eu nunca vi coisa tão distante que o discurso do governo à prática dele. Não há distância maior entre o que Wagner diz e o que o governo Wagner realiza.

E o Sr. Secretário da Fazenda diz: “Este governo investe em educação”. Só se for na compra de equipamentos, a exemplo da compra de televisões que custou cerca de 30 milhões de reais para o governo. Cada televisão, que no Paraná custa R\$ 800,00, foi vendida para o governo da Bahia por R\$ 1.200,00. Só se for aí, nos investimentos *a la Rosemberg da Folha de São Paulo*. O mesmo Rosemberg que a deputada Virgínia disse hoje que é a máquina da corrupção da Petrobras.

O deputado Gilberto Brito que presidia a sessão disse que em Paramirim também é esse mesmo festival. Só se for esse tipo de investimento, porque investimentos que melhoram a qualidade da educação não existem na Bahia. É crise!

Eu desafiei há pouco, ilustre Líder, o secretário da Educação para que ele informasse qual a escola da rede estadual que às 17h17min tem aula. Não existe uma! E ainda dizem que estão reduzindo as desigualdades sociais. Como estão reduzindo se eles utilizam a educação como instrumento para aumentar as desigualdades sociais?

O Sr. Secretário da Fazenda disse hoje que o Estado não deve a ninguém.

O Sr. Heraldo Rocha:- O Estado está quebrado!

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- O secretário da Infraestrutura acaba de dizer que no Derba eles não pagam há mais de 6 ou 7 meses, e a presidenta da Conder mandou suspender as obras. E ainda diz que está tudo em dia!

O Sr. Heraldo Rocha:- O secretário da Justiça pediu demissão porque disse que não tem dinheiro para pagar a alimentação dos presos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Deputado...

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Hoje, o Secretário da Fazenda, deputado Heraldo Rocha....

O Sr. Heraldo Rocha:- Amanhã vou denunciar!

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- O secretário da Fazenda disse que uma pergunta que V.Ex^a, deputado Heraldo Rocha, fez era primária tecnicamente. V.Ex^a não é economista, nem secretário da Fazenda. Eu não tive tempo de perguntar a respeito do escândalo que é a administração na Bahia.

Deputado Paulo Azi, V.Ex^a não vai acreditar no que vou relatar. No ano passado não pagaram o INSS, e esse foi inscrito nos precatórios para fugir, para não dizer que não tinham cumprido com a obrigação jogaram como precatório. E o que

ocorreu? O INSS não deu a quitação, a certidão negativa. E o governador disse: não, pague. Mas não podia pagar, porque agora está na fila dos precatórios. É um governo que só sabe administrar sindicato e ONG que recebam gordas verbas dos cofres públicos.

Mas o dia-a-dia da administração pública é um escândalo!. É um escândalo o governo Wagner, é motivo de galhofa nacional. E fica aqui um apelo para que o Líder do governo diga como o governo cobrirá esse déficit de 10 mil professores.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PT ou da Maioria para falar ou indicar o orador pelo tempo de nove minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Waldenor Pereira pelo tempo de até nove minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, compreendo bem a inquietação dos deputados da Oposição, especialmente do deputado João Carlos Bacelar, tendo em vista a brilhante participação do secretário da Fazenda ,na reunião que aconteceu hoje pela manhã, quando o Sr. Secretário apresentou o relatório de execução orçamentária do governo do Estado da Bahia.

De fato, é compreensível a inquietação do Srs. Parlamentares, porque os dados revelados pelo secretário Carlos Martins dão conta, deputado João Carlos Bacelar, que diferentemente da aposta de alguns pela crise, o governo da Bahia, no ano de 2008, até porque o relatório diz respeito ao último quadrimestre do ano de 2008, o nosso Estado experimentou crescimentos consideráveis em todos os indicadores, apesar da crise financeira imobiliária internacional, criada que foi, pelo núcleo central do capitalismo internacional, tendo como base os Estados Unidos.

Aliás, a derrocada de um modelo econômico tão ferrenhamente defendido pelo Partido Democratas do Brasil. É importante fazer esse destaque do modelo de desenvolvimento econômico calcado no mercado, no abandono do Estado, na defesa do Estado mínimo, que se mostrou ineficiente, ineficaz e que acabou sendo responsável pela derrocada do modelo neoliberal no mundo. Naturalmente acabou se abatendo sobre todas as nações. Não poderia ser diferente, deputado Roberto Carlos, na realidade brasileira e baiana.

Mas, apesar da crise, que se abateu já no último trimestre do ano de 2008, os dados são reveladores do equilíbrio fiscal e financeiro do Estado da Bahia. Crescimento de 13,53% das receitas correntes; de 15% da receita tributária; de 114% dos convênios firmados contraídos com o governo federal; investimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de 1 bilhão e 217 milhões de reais no ano de 2008, o maior volume de investimentos realizados pelo governo da Bahia nos últimos anos, inclusive, incluindo, desculpe a redundância, o governo anterior apoiado pelos colegas deputados da Oposição. Destinação de 12,84% para a saúde, o maior percentual de recursos destinados à saúde nos últimos anos; destinação de 27,69% de

recursos para a educação.

Portanto, os indicadores apresentados pelo secretário Carlos Martins, que revelaram equilíbrio fiscal, financeiro, estabilidade econômica do Estado da Bahia em 2008, acabou naturalmente, deixando os deputados da Oposição inquietos. O deputado Carlos Gaban, por exemplo, que subiu à tribuna e disse que o secretário não respondeu às perguntas dele, abandonou a sessão, quis monopolizá-la, sendo necessário até que o deputado Gilberto Brito interviesse na defesa de que todos os colegas pudessem participar dos debates, das discussões a respeito do relatório apresentado pelo secretário Carlos Martins.

Portanto, quero parabenizar o Secretário Carlos Martins, que, hoje, nos apresentou um relatório consistente e dados que revelam, de fato, a estabilidade econômica do nosso Estado em 2008. Agora, não queremos naturalmente tapar o sol com peneira. Ele foi de uma ponderação realmente invejável, porque não deixou de reconhecer a crise financeira e as repercussões dela na economia, a redução da arrecadação de ICMS nos três primeiros meses de 2009 e de chamar a atenção, de alertar esta Casa Legislativa sobre a redução da atividade econômica em 2009 e até convidou os parlamentares para o debate, a discussão sobre a crise, prontificando-se a voltar a esta Casa Legislativa para o mais amplo debate, a mais ampla discussão a respeito dessa temática.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, queremos destacar, realçar a presença, hoje, nesta Casa Legislativa do secretário da Fazenda, Carlos Martins, que, além de apresentar dados relativos ao relatório da execução orçamentária, apresentou as medidas que o governo da Bahia está tomando para adequar-se devidamente à crise e enfrentá-la. Apresentou-nos ainda informações que já são do conhecimento de todos sobre o contingenciamento do Orçamento, o decreto governamental que reduz os recursos destinados à manutenção e ao custeio em, aproximadamente R\$ 700 milhões e as medidas já tomadas para incentivar aqueles segmentos da economia que estão enfrentando maiores dificuldades, como a concessão de R\$ 100 milhões de crédito junto ao Desenbahia, o parcelamento do ICMS para o comércio varejista e atacadista e o setor metalúrgico, as medidas tributárias adotadas com relação ao setor calçadista.

O secretário falou-nos também sobre a proposição que está apresentando ao governo federal referente à possibilidade do adiantamento da liberação dos recursos do Fundeb para ajudar o governo, mais imediatamente, a cumprir com suas obrigações e sobre a negociação que está sendo feita com o governo federal quanto à possibilidade de financiamento junto ao BNDES não só para o Estado da Bahia mas também para os demais estados da Federação. Ele nos chamou a atenção também sobre a negociação que está sendo feita com o governo federal relativa à possibilidade de utilização de parte dos recursos destinados ao pagamento de juros e amortização da dívida em investimentos, tendo em vista a ativação da nossa economia, entre outras medidas tributárias, fiscais, de natureza administrativo-financeira que o governo está tomando em virtude do reconhecimento da magnitude que representa a crise financeira internacional, que se abate sobre o Brasil e a Bahia.

Está de parabéns o secretário Carlos Martins, até porque esse assunto ficou bem esclarecido. Ele se portou de forma tão brilhante, que a reunião da comissão, que esperávamos que se alongasse até o final da manhã, perto do início da sessão legislativa, acabou se encerrando antes, num tempo mais curto, tendo em vista que, ao que parece, os deputados da Oposição ficaram satisfeitos com os esclarecimentos, as informações que foram prestadas pelo nosso secretário, a respeito da execução orçamentária e das medidas governamentais que estão sendo tomadas para o enfrentamento dessa grave crise financeira que se abateu sobre o Brasil com fortes repercussões na Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Waldenor Pereira:- Solicito a V.Ex^a uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão, tendo em vista que há sobre a mesa um requerimento assinado por 21 parlamentares pedindo uma sessão extraordinária para apreciarmos 2 importantes projetos oriundos do poder executivo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois, não.

Verificação de quórum para continuidade da sessão ordinária para que nós possamos entrar na sessão extraordinária.

V Ex^a tem direito na questão de ordem.

O Sr. Heraldo Rocha:- Presidente, tenho certeza de que o deputado Waldenor está atento e sua bancada estará toda presente. Eu solicito a V.Ex^a que atenda o pedido de verificação de quórum do deputado Waldenor.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A secretaria da Mesa informa a presença de apenas 14 Srs. Deputados. Lembro aos Srs. Deputados que há um requerimento, lido anteriormente, para a sessão extraordinária para o projeto de lei nº 17.813 e 17.778.

O Sr. Elmar Nascimento:- É da praxe de V.Ex^a informar quais são os 14 deputados que estão presentes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, V.Ex^a será atendido.

Estão presentes os deputados João Carlos Bacelar, Heraldo Rocha, Misael Neto, Paulo Azi, Elmar Nascimento, Fernando Torres, Luiz de Deus, Gilberto Brito, Pedro Alcântara, Waldenor Pereira, Paulo Rangel, Álvaro Gomes, Marizete Pereira, Antônia Pedrosa e Professor Valdeci.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Esta encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*